



Regimento Interno da Câmara Municipal de Cariré

Atualizado pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021.



Regimento Interno da Câmara Municipal de Cariré

Atualizado pela Resolução Nº 03, de 08 de fevereiro de 2021.

SUMÁRIO



TÍTULO I

Da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Disposições preliminares

CAPÍTULO 2

Seção I

Da Sessão de Instalação e Posse

TÍTULO II

Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Seção II

Da Competência da Mesa

Seção III

Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Seção IV

Das atribuições do Plenário

CAPÍTULO II

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Seção II

Das Comissões Permanentes

Seção III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Seção IV

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Seção V

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente

Seção VI

Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Seção VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

TÍTULO III

Dos Vereadores

Capítulo I

Seção I

Do Exercício da Vereança



A handwritten signature in blue ink, consisting of a stylized, cursive letter 'F' with a vertical line extending downwards from its base.

REGIMENTO INTERNO DA CÂMARA MUNICIPAL DE CARIRÉ



TÍTULO I DA CÂMARA MUNICIPAL

Capítulo I Disposições Preliminares

Art. 1º. A Câmara Municipal de Cariré/CE é o poder Legislativo do Município, composto de Vereadores eleitos na forma da legislação vigente.

Art. 2º. A Câmara Municipal tem funções institucionais, legislativas, fiscalizadoras, administrativas, de assessoramento, além de outras permitidas em lei reguladas neste Regimento Interno.

§1º A função institucional é exercida pelo ato de posse dos Vereadores, do Prefeito e do Vice-Prefeito, da extinção de seus mandatos, da convocação de suplentes e da comunicação à Justiça Eleitoral da existência de vagas a serem preenchidas.

§2º A função legislativa é exercida dentro do processo legislativo por meio de emendas à Lei Orgânica, leis complementares, leis ordinárias, leis delegadas, resoluções e decretos legislativos sobre matéria da competência do Município.

§3º A função fiscalizadora é exercida sobre fatos sujeitos à fiscalização da Câmara e pelo controle externo da execução orçamentária do Município, exercida pela Comissão de Finanças e Orçamento, com o auxílio do Tribunal de Contas dos Municípios do Ceará.

§4º A função julgadora é exercida pela apreciação do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Prefeito e da mesa da Câmara e pelo julgamento do Prefeito e dos Vereadores por infrações político-administrativas.

§5º A função administrativa é exercida apenas no âmbito da Secretaria da Câmara, restrita à sua organização interna, ao seu pessoal, aos seus serviços auxiliares e aos Vereadores.

§6º A função integrativa é exercida pela participação da Câmara na solução de problemas da comunidade, diversos de sua competência privativa e na convocação da comunidade para participar da solução de problemas municipais.

§7º A função do assessoramento é exercida por meio de indicações ao Prefeito, sugerindo medidas de interesse público.

§8º As demais funções são exercidas no limite da competência municipal quando afetas ao Poder Legislativo.

Art.3º. A sede da Câmara Municipal de Cariré é na Praça Elísio Aguiar, S/Nº, bairro Centro, CEP 62.184-000, Cariré-CE, onde serão realizadas as sessões, sendo reputadas nulas as realizações em outro local, observadas as exceções da Lei Orgânica do Município, em especial as denominadas sessões itinerantes, quando a mudança de local, horário e data e o seu anúncio deverão, impreterivelmente, sob pena de nulidade, ser votadas e aprovadas em sessão imediatamente anterior à sua realização.

§1º No recinto das sessões não poder ser realizados atos estranhos às funções da Câmara, salvo nos casos em que o Presidente ceder o recinto para reuniões cívicas, culturais e partidárias.

§2º As sessões solenes poderão ser realizadas fora da sede da Câmara, de acordo com as deliberações da mesa diretora.

Art.4º. Cada Legislatura será igual ao número de anos de duração dos mandatos eletivos, a cada ano correspondendo uma sessão legislativa.

Art.5º. A Câmara Municipal reunir-se-á ordinariamente de 02 de fevereiro a 30 de junho e de 1º de agosto a 30 de novembro.

§1º As Sessões Ordinárias serão realizadas às primeiras e às terceiras sextas-feiras de cada mês, com início às 10hs, podendo haver alteração justificada no calendário das sessões desde que devidamente aprovado pelo Plenário. *(Redação dada pela Resolução Nº 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

§2º As reuniões de início e fim dos períodos legislativos estabelecidos no caput deste artigo serão transferidos, quando ocorrerem em dias diferentes do sábado ou feriados Nacional/Estadual/Municipal, para o primeiro ou o terceiro sábado subsequente.

§2º Os períodos de 1º a 31 de julho e de 1º de dezembro a 1º de fevereiro serão considerados de recesso legislativo.

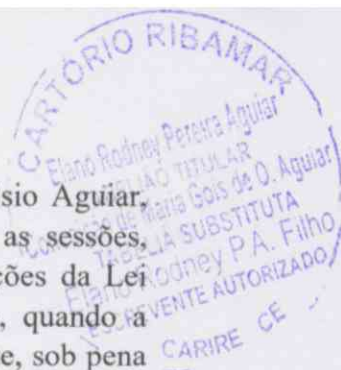
CAPÍTULO II

Seção I

Da Sessão de Instalação e Posse

Art.6º. A Câmara Municipal instalar-se-á no início de cada legislatura em Sessão Especial às 19hs do dia 1º de janeiro com qualquer número, sendo esta Sessão presidida pelo Vereador mais votado entre os presentes, ou, declinando este da prerrogativa, pelo mais idoso dentre os que aceitarem, o qual designará um Vereador para exercer as funções de Secretário *ad hoc* para auxiliá-lo nos trabalhos. *(Redação dada pela Resolução Nº 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

Art. 7º. Os Vereadores, munidos dos respectivos diplomas tomarão posse na sessão de instalação, cujo termo e demais trabalhos da sessão serão lavrados na ata, em



livro próprio pelo Secretário, sendo assinada pelos empossados e demais presentes, se assim o quiserem.

§1º No ato da posse o Presidente proferirá em voz alta o seguinte compromisso: "PROMETO CUMPRIR A CONSTITUIÇÃO FEDERAL, A CONSTITUIÇÃO DO ESTADO E A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO, OBSERVAR AS LEIS, CUMPRIR O REGIMENTO INTERNO DA CASA E DESEMPENHAR COM LEALDADE O MANDATO QUE ME FOI CONFIADO, TRABALHANDO SEMPRE PELO PROGRESSO DO MUNICÍPIO E BEM ESTAR DO SEU POVO". Em seguida o secretário ad hoc fará a chamada de cada Vereador, que de pé, com o braço estendido para frente e a mão aberta, declarará em voz alta: "ASSIM EU PROMETO".

§2º Após tomar o compromisso dos Vereadores presentes, o Presidente declarará empossados os Vereadores proferindo em voz alta: "DECLARO EMPOSSADOS NO CARGO DE VEREADOR DO MUNICÍPIO DE CARIRÉ OS VEREADORES QUE PRESTARAM O COMPROMISSO".

§3º Ato contínuo o Presidente dará início ao processo de eleição da Mesa Diretora, na qual só poderá votar e ser votado o Vereador que tiver sido regularmente empossado, dando início com as inscrições das chapas que poderão receber votos.

§4º Os Vereadores somente poderão pleitear um dos cargos da mesa diretora e por uma única chapa, prevalecendo o protocolo cronologicamente e anterior sobre qualquer outro, sendo o último declarado nulo em sua totalidade, contaminando toda a chapa apresentada.

§4º Após a eleição da Mesa Diretora, conhecido seu resultado, o Presidente proclamará o resultado e empossará os eleitos nos seus respectivos cargos.

§5º Após a eleição e posse da Mesa Diretora, o Presidente dará início ao processo de posse do Prefeito e Vice-Prefeito eleitos e diplomados, seguindo o mesmo rito da posse dos Vereadores e prestando o compromisso previsto na Lei Orgânica do Município, obedecida a programação previamente elaborada pelo cerimonial ou assessoria dos dois Poderes, sendo tudo lavrado em livro próprio pelo Secretário.

§6º Terminada a posse do Prefeito e Vice-Prefeito o Presidente solicitará a todos os eleitos e empossados a entrega da declaração de bens escrita, sendo o presente ato transcrito na ata.

§7º Ato contínuo o Presidente concederá a palavra, por cinco minutos, a todos os Vereadores, facultando a mesma ao Vice-Prefeito e Prefeito empossados, encerrando-se em seguida a solenidade.

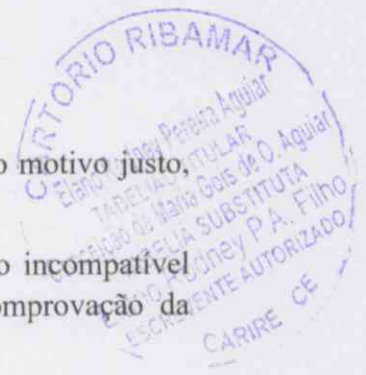
§8º Não havendo quórum para se proceder a eleição, o Presidente suspenderá a sessão e convocará o Prefeito, Vice-Prefeito e Vereadores eleitos para tomarem posse, convocando sessões diárias sempre às 10:00 horas, até que proceda à eleição normal e posse da Mesa.

Art.8º. O Vereador que não tomar posse na sessão prevista no art. 6º deste Regimento, deverá fazê-lo dentro do prazo de 15 (quinze) dias, a contar do início do

CARTÓRIO RIBAMAR
Elano Rodney Pereira Aguiar
TABELIAO TITULAR
TABELIA SUBSTITUTA
Elano Rodney P.A. Filho
ENTE AUTORIZADO
CARIRÉ CE

funcionamento normal da Câmara, sob pena de perda do mandato, salvo motivo justo, aceito pela maioria absoluta dos membros da Câmara.

Parágrafo único. O Vereador que se encontrar em situação incompatível com o exercício do mandato não poderá empossar-se sem prévia comprovação da desincompatibilização, no prazo a que se refere este artigo.



TÍTULO II

Dos Órgãos da Câmara Municipal

CAPÍTULO I

Da Mesa da Câmara

Seção I

Da Eleição, Formação e Modificação da Mesa

Art.9º. A Mesa da Câmara compõe-se dos cargos de Presidente, Vice-Presidente, Primeiro e Segundo Secretários, com mandato de 02 (dois) anos, eleitos por votação aberta.

Art.10º. O mandato da Mesa será de 02 (dois) anos, permitida a reeleição para qualquer cargo na eleição imediatamente subsequente e nas demais legislaturas.

Art.11. A eleição dos membros da Mesa somente será válida se presentes a maioria absoluta dos Vereadores.

Art. 12. Os candidatos que concorrerão à eleição da Mesa deverão apresentar-se à Mesa Diretora.

§1º Para a eleição dos membros da Mesa, serão os vereadores instados a manifestarem abertamente seus votos nos candidatos respectivos e que tenham previamente procedido à inscrição da chapa, no prazo regimental, para concorrerem aos cargos da Mesa Diretora.

§2º Nas eleições da mesa diretora dentro da mesma legislatura, o registro da chapa para concorrer à mesa diretora ocorrerá, impreterível e improrrogavelmente até 48 (quarenta e oito) horas do início da sessão em que ocorrerá a votação da escolha da mesa diretora, perante a mesa diretora em exercício, nos termos da Lei Orgânica Municipal.

§3º Para a eleição dos Membros da Mesa, a chapa ou as chapas deverão conter os nomes completos dos vereadores que comporão os respectivos cargos, com a chapa completa, sendo imprescindível a individualização dos respectivos cargos.

§4º O vereador só poderá participar de uma chapa, e, mesmo no caso de desistência, não poderá inscrever-se em outra, ficando impedido de participar das respectivas eleições.

Art. 13. Nas eleições para a composição da Mesa inicial de cada legislatura, bem como na sua renovação, poderão concorrer quaisquer Vereadores ainda que tenham participado da Mesa ocupando o mesmo cargo na legislatura imediatamente anterior.

Art. 14. O Suplente de Vereador convocado não poderá ser eleito para qualquer cargo da Mesa, salvo se sua substituição for em caráter definitivo.

Art. 15. Se nenhum candidato obtiver maioria absoluta dos votos, proceder-se-á, imediatamente a novo escrutínio, no qual considerar-se eleito o mais votado, ou, no caso de empate, o mais idoso.

Art. 16. Os Vereadores eleitos para a Mesa serão empossados mediante termo lavrado pelo Secretário na sessão em que se realizar sua eleição e entrarão imediatamente no exercício de seus mandatos.

Art. 17. Modificar-se-á a composição permanente da Mesa ocorrendo vaga em qualquer dos cargos que a compõem.

Art. 18. Considerar-se-á vago qualquer cargo da Mesa quando:

- I- extinguir-se o mandato político do respectivo ocupante, ou se este o perder;
- II- for o Vereador destituído da Mesa por decisão do Plenário ou vier a falecer;
- III- licenciar-se o membro da Mesa, do mandato de Vereador, por prazo superior a 120 (cento e vinte) dias, salvo por motivo de doença comprovada;
- IV- houver renúncia do cargo da Mesa pelo titular com aceitação do Plenário.

Art. 19. A renúncia do Vereador ao cargo que ocupa na Mesa será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida e será tida como aceita mediante a simples leitura em Plenário pelo detentor do mandato ou pelo Secretário, exceto no caso previsto no parágrafo único do art. 21º deste Regimento, quando o Plenário deliberará sobre a aceitação ou não da renúncia.

Art. 20. A destituição de membro efetivo da Mesa somente poderá ocorrer quando comprovadamente desidioso, ineficiente ou quando tenha se prevalecido do cargo para fins ilícitos, dependendo de deliberação do Plenário pelo voto de 2/3 (dois terços) dos Vereadores, acolhendo representação de qualquer Vereador, assegurada a mais ampla oportunidade de defesa.

Art. 21. Para o preenchimento do cargo vago na Mesa, haverá eleições suplementares na 1ª sessão ordinária seguinte àquela na qual se verificar a vaga, observando o disposto nos arts. 10 a 15.

Parágrafo único. No caso de não haver candidato para concorrer à eleição prevista no “caput” deste artigo, após três tentativas de eleição suplementar, em sessões ordinárias seguidas, assumira o cargo vago o Vereador mais votado entre os que não participam da Mesa.



Seção II

Da Competência da Mesa



Art.22. A Mesa é órgão diretor de todos os trabalhos legislativos e administrativos da Câmara.

Art.23. Compete à Mesa da Câmara privativamente, em colegiado:

- I - propor os projetos de lei que criem, modifiquem ou extingam os cargos dos serviços auxiliares do Legislativo e fixem os correspondentes vencimentos iniciais;
- II- apresentar projeto de lei que fixe subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito;
- III- apresentar as proposições concessivas de licença e afastamento do Prefeito;
- IV- elaborar a proposta orçamentária da Câmara a ser incluída no orçamento do Município;
- V- representar, em nome da Câmara, junto aos Poderes da união, do Estado e do Município;
- VI- baixar ato indicando ao Prefeito a alteração pretendida na dotação orçamentária com recursos destinados às despesas da Câmara;
- VII- organizar cronograma de desembolso das dotações da Câmara vinculadamente ao repasse das mesmas pelo Executivo;
- VIII- Revogado. *(Redação dada pela Resolução Nº 03, de 08 de fevereiro de 2021)*
- IX- enviar ao Executivo, em época própria, as contas do Legislativo do exercício precedente, para sua incorporação às contas do Município;
- X- proceder à redação das resoluções e decretos legislativos;
- XI- de deliberar sobre convocação de sessões extraordinárias da Câmara;
- XII- receber ou recusar as proposições apresentadas sem observância das disposições regimentais;
- XIII- deliberar sobre a realização de sessões solenes fora da sede da Edilidade;
- XIV- determinar, no início da legislatura, o arquivamento das proposições não apreciadas na legislatura anterior;

Art.24. O Vice-Presidente substitui o Presidente nas suas faltas e impedimentos eventuais e será substituído, nas mesmas condições, pelo 1º Secretário, respectivamente.

Art.25. Quando, antes de iniciar-se determinada sessão ordinária ou extraordinária, verificar-se a ausência dos membros efetivos da Mesa, assumirá a Presidência o Vereador mais votado presente, que convidará qualquer dos demais Vereadores para as funções de Secretário "ad hoc", sendo este último procedimento, aplicado também nos casos de ausência conjunta do Secretário.

Art.26. A Mesa reunir-se-á, independente do Plenário, para apreciação prévia de assuntos que serão objeto de deliberação de edilidade que por sua especialidade, demandem intenso acompanhamento e fiscalização ou ingerência do Legislativo.

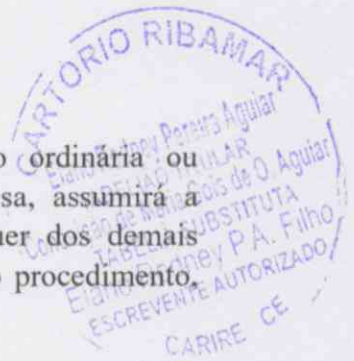
Seção III

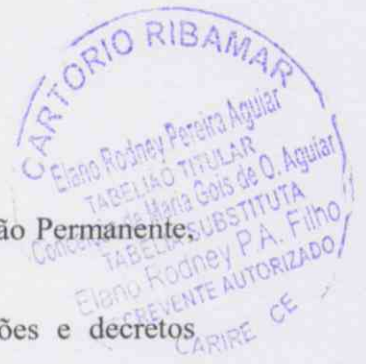
Da Competência Específica dos Membros da Mesa

Art.27. O Presidente da Câmara é a mais alta autoridade da Mesa dirigindo a Plenário, em conformidade com as atribuições que lhe conferem este Regimento Interno.

Art.28. Compete ao Presidente da Câmara:

- I- exercer, em substituição, a chefia do Executivo Municipal nos casos previstos em Lei;
- II- representar a Câmara em Juízo, inclusive prestando informações em mandado de segurança contra ato da Mesa ou do Plenário;
- III- representar a Câmara junto ao Prefeito, às autoridades federais e estaduais e perante as entidades privadas em geral;
- IV- credenciar agente de imprensa, rádio ou televisão para o acompanhamento dos trabalhos legislativos;
- V- fazer expedir convites para as sessões solenes da Câmara [Municipal às pessoas que, por qualquer título, mereçam a deferência;
- VI- conceder audiências ao público, a seu critério, em dia e hora prefixados;
- VII- requisitar a força, quando necessária à preservação da regularidade do funcionamento da Câmara;
- VIII- empossar os Vereadores retardatários e suplentes e declarar empossado o Prefeito, quando tratar-se de Presidente da Câmara no exercício da chefia do Executivo Municipal, após a investidura dos mesmos perante o Plenário;
- IX- declarar extintos os mandatos dos Prefeitos, Vereadores e suplentes, nos casos previstos em lei, e, em face de deliberação do Plenário, expedir decreto legislativo de cassação do mandato;





X- convocar suplente de Vereador, quando for o caso;

XI- declarar destituído o membro da Mesa ou de Comissão Permanente nos casos previstos neste Regimento;

XII- assinar, juntamente com o Secretário, as resoluções e decretos legislativos;

XIII- dirigir as atividades legislativas da Câmara em geral, em conformidade com as normas legais e deste Regimento, e em especial exercendo as seguintes atribuições:

a) convocar sessões extraordinárias da Câmara, e comunicar os Vereadores das convocações oriundas do Prefeito, inclusive durante o recesso;

b) superintender a organização da pauta dos trabalhos legislativos;

c) anunciar o início e o término do Expediente e da Ordem do Dia;

d) determinar a leitura, pelo Vereador Secretário, das atas, pareceres, requerimentos e outras peças escritas sobre as quais deva deliberar o Plenário, na conformidade do Expediente de cada sessão;

e) cronometrar a duração do expediente e da Ordem do Dia;

f) manter a ordem no recinto da Câmara, concedendo a palavra aos Vereadores inscritos, caçando-a, disciplinando os apartes e advertindo todos os que incidirem em excessos;

g) resolver as questões de ordem;

h) interpretar o Regimento Interno, para aplicação aos casos omissos;

i) anunciar a matéria a ser votada e proclamar o resultado da votação;

j) proceder a verificação do quórum, de ofício ou a requerimento de Vereador;

k) encaminhar os processos e expedientes às Comissões Permanentes para parecer, controlando-lhes o prazo;

XIV- praticar os atos essenciais de intercomunicação com o Executivo, notadamente:

a) receber as mensagens de proposta legislativa, fazendo-as protocolar;

b) encaminhar ao Prefeito, por protocolo, os projetos de lei aprovados e comunicar-lhes os projetos de sua iniciativa desaprovados, bem como os vetos rejeitados ou mantidos;

c) solicitar ao Prefeito as informações pretendidas pelo Plenário e convocar a comparecer na Câmara os Secretários, para explicações, na forma regular;

ARTÓRIO RIBAMAR
Emano Rodney Pereira Aguiar
TABELA O TITULAR
Conselheiro de Maria Góis de O. Aguiar
TABELA SUBSTITUTA
Emano Rodney P.A. Filho
PREVISTO AUTORIZADO/
CARRERE CE

- d) requisitar as verbas destinadas ao Legislativo, mensalmente;
- e) solicitar mensagem com propositura de autorização legislativa para suplementação dos recursos da câmara quando necessário;

XV- promulgar as resoluções e os decretos legislativos, bem como, as leis não sancionadas pelo Prefeito no prazo, e as disposições constantes de veto rejeitado, fazendo-os publicar;

XVI- ordenar as despesas da Câmara Municipal e assinar cheques nominativos, juntamente com o tesoureiro expressamente designado para tal fim;

XVII- determinar licitação para contratações administrativas de competência da Câmara, quando exigível;

XVIII- apresentar ou colocar à disposição do Plenário mensalmente, o balancete da Câmara do mês anterior.

XIX- administrar o pessoal da Câmara fazendo lavrar e assinando os atos de nomeação, promoção, reclassificação, exoneração, aposentadoria, concessão de férias e de licença, atribuindo aos funcionários do Legislativo vantagens legalmente autorizadas, determinando a apuração de responsabilidade administrativa, civil e criminal de funcionários faltosos e aplicando-lhes penalidades, julgando os recursos hierárquicos de funcionários da Câmara e praticando quaisquer outros atos atinentes à essa área de sua gestão;

XX- mandar expedir certidões requeridas para defesa de direitos e esclarecimentos de situações;

XXI- exercer atos de poder de polícia em quaisquer matérias relacionadas com as atividades da Câmara Municipal, dentro ou fora do recinto da mesma.

XXII- autografar os projetos de lei aprovados, para remessa ao Executivo.

Art. 29. O Presidente da Câmara, quando estiver substituindo o Prefeito nos casos previstos em lei, ficará impedido de exercer qualquer atribuição ou praticar qualquer ato que tenha implicação com a função legislativa.

Art.30. O Presidente da Câmara poderá oferecer proposições ao Plenário, mas deverá afastar-se da direção da Mesa quando estiverem as mesmas em discussão ou votação.

Art.31. O Presidente da Câmara poderá votar nos seguintes casos:

I- na eleição da Mesa;

II- quando a matéria exigir, para sua aprovação, voto favorável de dois terços ou da maioria absoluta dos membros da Câmara;

III- no caso de empate.

Art.32. O vice-presidente da Câmara, salvo o disposto no art.33 e seu Parágrafo Único, e, na hipótese de atuação como membro efetivo da Mesa nos casos de competência desse órgão, não possui atribuição própria, limitando-se a substituir o Presidente nas faltas e impedimentos, pela ordem.

Art.33. O vice-presidente ou seu substituto promulgará e fará publicar as resoluções e decretos legislativos sempre que o Presidente, ainda que se ache em exercício, deixe escoar o prazo para fazê-lo.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo aplica-se também, as leis municipais, quando o Prefeito e o Presidente da Câmara sucessivamente, tenham deixado expirar o prazo da sua promulgação e publicação subsequente.

Art.34. Compete ao Secretário:

- I- organizar o Expediente e a Ordem do Dia;
- II- fazer a chamada dos Vereadores ao abrir-se a sessão e nas ocasiões determinadas pelo Presidente, anotando os comparecimentos e as ausências;
- III- ler a ata, as proposições e os demais documentos que devam ser de conhecimento da Casa;
- IV- fazer a inscrição dos oradores na pauta dos trabalhadores;
- V- elaborar a redação das atas, resumindo os trabalhos da sessão e assinando-as, juntamente com o Presidente;
- VI- certificar a frequência dos Vereadores, para efeito de pagamento dos subsídios;
- VII- manter em arquivo fechado as atas lacradas de sessões secretas.

Seção IV

Das Atribuições do Plenário

Art.35. O Plenário é o órgão deliberado da Câmara constituindo-se do conjunto de Vereadores em exercício, em local, forma e número legal para deliberar.

§1º Local é recinto de sua sede.

§2º A forma legal para deliberar é a sessão.

§3º Número é o quórum determinado na Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno, para realização de sessões e para as deliberações.

§4º Integra o Plenário o suplente de Vereador regularmente convocado, enquanto dure a convocação.

§5º Não integra o Plenário o Presidente da Câmara quando se achar em substituição ao Prefeito.

Art.36. São atribuições do Plenário:

- I- elaborar, com participação do Poder Executivo, as leis municipais;
- II- votar os Orçamentos Anual e Plurianual de Investimentos e as Diretrizes Orçamentárias;
- III- legislar sobre tributos e estabelecer critérios gerais para a fixação dos preços dos serviços municipais;
- IV- autorizar a abertura de critérios suplementares e especiais, bem como, aprovar os critérios extraordinários;
- V- autorizar a obtenção de empréstimos e operações de créditos, bem como a forma e os meios de pagamento;
- VI- autorizar a concessão de auxílio e subvenções de crédito, bem como a forma e os meios de pagamento;
- VII- autorizar a concessão para exploração de serviços, ou de utilidade pública;
- VIII- dispor sobre aquisição, administração, utilização e alienação dos bens do domínio do município;
- IX- autorizar a remissão de dívidas e conceder isenções e anistias fiscais, bem como, dispor sobre moratória e benefícios;
- X- autorizar convênios onerosos e consórcios;
- XI- dispor sobre denominação de próprios, vias e logradouros públicos;
- XII- fixar, no final de cada legislatura, até trinta dias antes das eleições, para vigorar na legislatura subsequente, os subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais, nos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

Parágrafo Único – é de competência privativa do Plenário:

- I- eleger sua Mesa e destituí-la na forma regimental;
- II- votar seu Regimento Interno;
- III- organizar os seus serviços administrativos;
- IV- conceder licença ao Prefeito e aos Vereadores;
- V- autorizar o Prefeito a ausentar-se do município por mais de 15 (quinze) dias;
- VI- criar comissões especiais e de inquérito;



VII- apreciar vetos;

VIII- cassar mandato do Prefeito e Vereadores, nos casos previstos em lei;

IX- tomar e julgar as contas do Prefeito e da Mesa;

X- conceder títulos de cidadão honorário ou qualquer outra honraria ou homenagem;

XI- requerer informações do Prefeito sobre assuntos referentes à administração;

XII- convocar os Secretários para prestar informação sobre matéria de sua competência;

XIII- O Plenário é soberano sobre qualquer matéria.

CAPÍTULO II

Das Comissões

Seção I

Disposições Gerais

Art.37. As Comissões são órgãos técnicos, permanentes ou temporários, compostos de 03 (três) Vereadores com a finalidade de examinar matéria em tramitação na Câmara e emitir pareceres sobre a mesma, ou de proceder a estudos sobre assuntos de natureza essencial ou ainda de investigar determinados fatos de interesse da administração, com as seguintes denominações:

I- Comissões Permanentes;

II- Comissões Especiais;

III- Comissões Processantes;

IV- Comissões de Representação;

V- Comissões Parlamentares de Inquérito.

Art.38. As Comissões, logo que constituídas, reunir-se-ão para prefixar os dias de reuniões ordinárias ou extraordinárias e a ordem de trabalhos.

§1º Na Constituição das Comissões, assegurar-se-á, tanto quanto possível, a representação proporcional dos partidos e blocos parlamentares que participem da Câmara.

§2º Os Membros da Mesa não poderão participar de Comissão Permanente, Comissão Parlamentar de Inquérito e de Comissão Processante.



§3º O Presidente da Câmara poderá substituir, a seu critério, qualquer membro da Comissão Especial ou de Comissão de Representação, observando o §1º deste artigo, não se aplicando aos membros de Comissão Processante, Parlamentar de Inquérito ou Permanente.

Art.39. Durante o recesso, no término de cada sessão legislativa, haverá uma Comissão Representativa da Câmara, eleita na última sessão ordinária do ano, em votação aberta nominal, observada a proporcionalidade partidária, constituída por um número ímpar de Vereadores, presidida pelo Presidente da Câmara, com as seguintes atribuições e sistemática de trabalho:

- I- reunir-se extraordinariamente sempre que convocada pelo Presidente;
- II- zelar pelas prerrogativas do poder Legislativo;
- III- zelar pela observância da Lei Orgânica e dos direitos e garantias individuais;
- IV- autorizar o Prefeito e o Vice-Prefeito a se ausentarem do Município por mais de quinze dias.
- V- convocar extraordinariamente a Câmara em caso de urgência ou de interesse público relevante.

Parágrafo Único – A Comissão Representativa apresentará à Mesa diretora da Câmara relatório dos trabalhos por ela realizados, quando do reinício do período de funcionamento ordinário da Câmara.

SEÇÃO II

Das Comissões Permanentes

Art.40. Às Comissões Permanentes incumbe:

- I- estudar as proposições e assuntos distribuídos ao seu exame, manifestando sobre eles sua opinião para orientação do Plenário;

Parágrafo Único – As Comissões Permanentes são as seguintes:

- I- Legislação, Justiça, Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas;
- II- Obras, Educação, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo;
- III- Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos.

SEÇÃO III

Da Formação e Modificação das Comissões Permanentes

Art.41. Os membros das Comissões Permanentes serão eleitos **anualmente** no início de cada sessão legislativa, com mandato de um ano, mediante votação aberta nominal a com os nomes do Vereadores indicado pela Mesa Diretora, sendo permitida a reeleição. *(Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

§1º Os Vereadores concorrerão à eleição sob a mesma legenda com a qual foram eleitos não podendo ser votados os Vereadores licenciados e os suplentes;

§2º Revogado. *(Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

§3º Nas Comissões Permanentes cada membro terá um suplente, indicado pelo representante de seu Partido na Câmara, na mesma data da constituição das Comissões.

Art. 42. O membro da Comissão Permanente poderá, por motivo justificado, solicitar dispensa da mesma.

Parágrafo Único – Para efeito do disposto neste artigo, quando da substituição do membro, observar-se-á a condição prevista no §1º do art.38 deste Regimento.

Art.43. Os Membros das Comissões Permanentes serão destituídos caso não compareçam, em cada sessão legislativa, à três reuniões consecutivas ordinárias ou a cinco intercaladas da respectiva Comissão, salvo motivo de força maior, devidamente comprovado.

Parágrafo Único – A destituição dar-se-á por simples petição de qualquer Vereador, dirigida ao Presidente da Câmara que, após comprovar a autenticidade da denúncia, declarará vago o cargo.

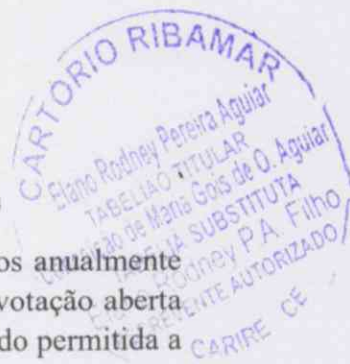
Art.44. As vagas nas Comissões Permanentes por renúncia, destituição ou por extinção ou perda de mandato de Vereador, serão supridas por livre designação do líder da bancada a que pertencia o titular, e, isso não sendo possível, far-se-á nova eleição. Persistindo a vaga, esta será suprida por simples designação do Presidente da Câmara.

SEÇÃO IV

Do Funcionamento das Comissões Permanentes

Art.45. As Comissões Permanentes só poderão se reunir em regime de urgência especial, no período destinado à Ordem do Dia da Câmara, se a sessão for suspensa de ofício pelo Presidente da Câmara.

Art.46. As Comissões Permanentes poderão reunir-se extraordinariamente sempre que necessário, presentes pelo menos dois de seus membros, devendo para tanto, serem convocados pelo respectivo Presidente, no curso da reunião Ordinária da Comissão.



Art.47. Compete aos Presidentes das Comissões Permanentes:

- I- convocar reuniões extraordinárias da Comissão;
- II- presidir as reuniões da Comissão e zelar pela ordem dos trabalhos;
- III- receber as matérias destinadas à Comissão;
- IV- fazer observar os prazos dentro dos quais a Comissão deverá desincumbir-se de seus misteres;
- V- representar a Comissão nas relações com a Mesa e o Plenário;
- VI- conceder vista de matéria, por três dias, ao membro da Comissão que o solicitar, salvo nos casos de tramitação em regime de urgência;
- VII- avocar o expediente, para emissão do parecer em 48 (quarenta e oito) horas, quando não o tenha feito o relator no prazo regimental.

Art.48. Encaminhada qualquer matéria ao Presidente da Comissão Permanente, este lhe designará tramitação imediata.

Art.49. É de 8 (oito) dias o prazo para qualquer Comissão Permanente pronunciar-se, a contar da data do recebimento da matéria pelo seu Presidente.

§1º O prazo a que se refere este artigo será ampliado ao dobro em se tratando de proposta orçamentária, de processo de prestação de contas do Executivo e da Mesa da Câmara.

§2º O prazo a que se fere este artigo será reduzido para 06 (seis) dias, quando se tratar de matéria colocada em regime de urgência e de emendas e subemendas apresentadas à Mesa.

Art. 50. Qualquer Vereador ou Comissão poderá requerer por escrito ao Plenário, a audiência da Comissão a que a proposição não tenha sido previamente distribuída, devendo fundamentar detidamente o requerimento.

Parágrafo Único – Caso o Plenário acolha o requerimento, a proposição será enviada à Comissão, que se manifestará nos mesmos prazos previstos no art. 49 deste Regimento.

Art.51. Escoado o prazo sem que tenha sido proferido o parecer, a matéria será incluída imediatamente na Ordem do Dia, para que o Plenário se manifeste sobre a dispensa do mesmo.

Art.52. Somente serão dispensados os pareceres das Comissões, por deliberação do Plenário, mediante requerimento escrito de Vereador ou por solicitação do Presidente da Câmara através de despacho nos autos, quando se tratar de proposição colocada em regime de urgência, na forma prevista no §2º do art. 49 deste Regimento.

SEÇÃO V

Da Competência Específica de Cada Comissão Permanente



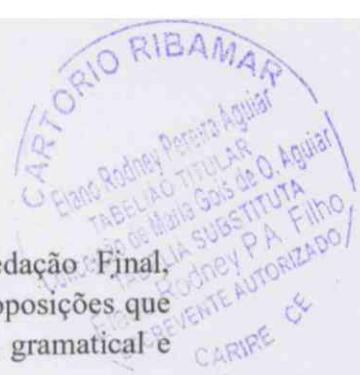
Art.53. Compete à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas, manifestar-se em todas as proposições que tramitem em Casa, quando aos aspectos constitucional, legal, regimental, gramatical e lógico, salvo expressa disposição em contrário deste Regimento.

Parágrafo Único – A Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas manifestar-se-á sobre o mérito da proposição, assim entendida a colocação do assunto sob o prisma de sua conveniência, utilidade e oportunidade, nos seguintes casos:

- I- organização administrativa da Câmara;
- II- assinatura de convênios onerosos e consórcios;
- III- concessão de licença ao Prefeito;
- IV- alteração de denominação de próprios municipais, vias e logradouros públicos;
- V- criação de Comissão Parlamentar de Inquérito;
- VI- veto;
- VII- emenda ou reforma da Lei Orgânica do Município;
- VIII- concessão de título honorífico ou qualquer outra homenagem;
- IX- todas as demais matérias não consignadas às outras Comissões.

Art.54. Compete ainda a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, Finanças, Orçamento e Tomadas de Contas opinar obrigatoriamente, sobre todas as matérias de caráter financeiro e especialmente quanto ao mérito, quando for o caso de:

- I- diretrizes orçamentárias;
- II- proposta orçamentária e orçamento plurianual;
- III- matérias tributárias;
- IV- abertura de créditos, empréstimos públicos;
- V- proposições que, direta ou indiretamente, alterem a despesa ou a receita do Município;
- VI- proposições que acarretem em responsabilidades ao erário municipal ou interessem ao crédito ou ao patrimônio público municipal;
- VII- fixação ou aumento dos vencimentos do funcionalismo público;
- VIII- fixação e atualização dos subsídios do Prefeito, Vice-Prefeito, dos Secretários Municipais e dos vereadores;
- IX – Apreciar as Contas do Município e da Mesa da Câmara.



Art.55. Compete a Comissão de Obras, Educação, Serviços Públicos, Agroindústria, Comércio e Turismo, opinar obrigatoriamente, quanto ao mérito, sobre as seguintes matérias:

- I- Código de Obras e Código de Posturas;
- II- assuntos educacionais artísticos e desportivos;
- III- concessão de bolsas de estudo;
- IV- patrimônio histórico;
- V- plano Diretor e de Desenvolvimento Integrado;
- VI- aquisição, alienação e concessão de bens imóveis do Município;
- VII- quaisquer obras, empreendimentos e execução de serviços públicos locais;
- VIII- atividades produtivas em geral, públicas ou privadas, envolvendo os setores primários, secundário e terciário da economia do Município.

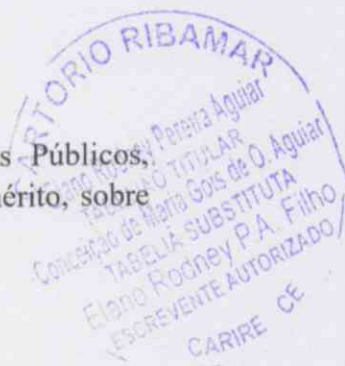
Art. 56. Compete à Comissão de Saúde, Assistência Social e Direitos Humanos, apreciar e manifestar-se obrigatoriamente, quando ao mérito, em todos os projetos e matérias que versem sobre:

- I- saúde pública e saneamento básico;
- II- assistência social e previdenciária em geral;
- III- reorganização administrativa da prefeitura nas áreas de educação, saúde e assistência social;
- IV- implantação de centros comunitários sob auspício oficial;
- V- declaração de utilidade pública municipal a entidades possuam fins filantrópicos;
- VI- todas as matérias ligadas aos Direitos Humanos.

Art. 57. O estudo de qualquer matéria pelas Comissões Permanentes poderá ser feito em reunião conjunta de duas ou mais Comissões, por iniciativa de qualquer uma delas, aceita pelas demais, sob a direção do Presidente mais idoso.

Parágrafo Único – Nas reuniões conjuntas observar-se-ão as seguintes normas:

- I- em cada Comissão deverá estar presente a maioria de seus membros;
- II- o estudo das matérias será conjunto, mas a votação far-se-á separadamente;
- III- cada Comissão poderá ter o seu relator, se não preferir relator único.
- IV- o parecer das Comissões poderá ser em conjunto, desde que se consigne a manifestação de cada uma delas.



Art. 58. Somente a Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final manifestar-se-á sobre o veto, salvo se esta solicitar a audiência de outra comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto, observando o disposto no parágrafo único do Art. 57 deste Regimento.

ESTÓRIO RIBAMAR
Conceição de Almeida Pereira Aguiar
TABELIA SUBSTITUTA
Elano Rooney P.A. Filho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CARRERE CE

Seção VI

Das Comissões Especiais, Processantes e de Representação

Art.59. As Comissões Especiais destinadas a proceder ao estudo de assuntos de especial interesse do Legislativo, serão criadas por iniciativa da Presidência ou a pedido de 1/3 dos vereadores.

§1º A Comissão Especial extinguir-se-á findo o prazo de sua duração, haja ou não concluído os seus trabalhos.

§2º A Comissão Especial relatará suas conclusões ao Plenário, através do seu Presidente sob a forma de Relatório fundamentado e aprovado pela maioria de seus membros e, se houver de propor medidas, oferecerá projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo, que deverá conter a assinatura de pelo menos, dois de seus membros.

§3º No caso do Relatório não ser aprovado pela maioria de seus membros, o mesmo será remetido ao Presidente da Câmara, juntamente com as demais peças documentais existentes, para o seu arquivamento.

§4º Na votação do Relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

Art.60. A Câmara constituirá Comissão Processante no caso de processo de cassação pela prática de infração político-administrativa do Prefeito ou de Vereador, observando-se os procedimentos e as disposições previstas na lei federal aplicável e na Lei Orgânica do Município.

Art.61. As Comissões de Representação serão constituídas para representar a Câmara em atos externos de caráter cívico ou cultural, dentro ou fora do território do Município e para atender as disposições previstas no Art.39º deste Regimento.

SEÇÃO VII

Das Comissões Parlamentares de Inquérito

Art.62. A Câmara Municipal, mediante requerimento fundamentado de no mínimo um terço de seus membros, criará Comissão Parlamentar de Inquérito que funcionará na sede da Câmara, para apuração de fato, concreto e determinado, que se inclua na competência municipal e por prazo certo, que não será superior a noventa dias, prorrogáveis até por igual período, a juízo do Plenário, a qual terá poderes de

investigação próprios das autoridades judiciais, além de outros previstos em lei neste Regimento.

§1º Considera-se fato determinado o acontecimento de relevante interesse para a vida pública e a ordem constitucional, legal, econômica e social do Município e que estiver devidamente caracterizado no requerimento.

§2º O Presidente da Câmara, diante das indicações dos nomes dos Vereadores, feitas pelos seus representantes partidários ou blocos formados, observando sempre que possível, a composição partidária proporcional.

§3º Não participará como membro de Comissão Parlamentar de Inquérito o Vereador que estiver envolvido ou que tiver interesse pessoal no fato a ser apurado.

§4º Todos os atos e diligências da Comissão serão transcritos e autuados em processo próprio, em folhas numeradas, datadas, e rubricadas pelo seu Presidente, contendo também a assinatura dos depoentes, quando se tratar de depoimentos tomados de autoridades ou de testemunhas.

§5º A Comissão Parlamentar de Inquérito, através da maioria de seus membros, no interesse da investigação poderá:

- I- proceder à vistorias e levantamentos nas repartições públicas municipais e entidades descentralizadas, onde terão livre ingresso e permanência;
- II- requisitar de seus responsáveis a exibição de documentos e a prestação dos esclarecimentos necessários;
- III- Transportar-se aos lugares onde se fizer mister a sua presença, ali realizando os atos que lhe competirem.

§6º No exercício de sua atribuição poderá, ainda, a Comissão Parlamentar de Inquérito, através de seu presidente:

- I- determinar as diligências que achar necessárias;
- II- requerer a convocação de secretários municipais;
- III- tomar depoimento de quaisquer autoridades, intimar testemunhas e inquiri-las sob compromisso;
- IV- proceder a verificação contábeis em livros, papéis e documentos dos órgãos da Administração direta e indireta.

§7º As testemunhas serão intimadas e deporão sob as penas do falso testemunho previstas na legislação penal, e em caso de não comparecimento sem motivo justificado, a intimação será solicitada ao juiz criminal da localidade onde as mesmas residem ou se encontram, na forma do Código de Processo Penal.

§8º Se não concluir seus trabalhos no prazo que lhe tiver sido estipulado, a Comissão se extinguirá, ficando prejudicada toda apuração já realizada, salvo se, antes do término do prazo, seu presidente requerer a prorrogação por menor ou igual período



e o requerimento for aprovado por maioria absoluta pelo Plenário, em sessão ordinária da Câmara.

§9º Não se criará Comissão Parlamentar de Inquérito enquanto estiverem funcionando, pelo menos duas, salvo mediante projeto de Resolução aprovado por dois terços dos membros da Câmara.

§10º Qualquer Vereador poderá comparecer às reuniões da Comissão Parlamentar de Inquérito, mediante consentimento de seu Presidente, desde que:

- I- não tenha participação nos debates;
- II- conserve-se em silêncio durante os trabalhos;
- III- não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passa no recinto;
- IV- atenda às determinações do Presidente.

§11º A Comissão concluirá seus trabalhos através de relatório final, que deverá conter:

- I- a exposição dos fatos submetidos à apuração;
- II- a exposição e análise das provas colhidas;
- III- a conclusão sobre a comprovação ou não da existência dos fatos;
- IV- a conclusão sobre autoria dos fatos apurados como existentes;
- V- a sugestão das medidas a serem tomadas, com sua fundamentação legal;
- VI- a indicação das autoridades que tiverem competência para a adoção das providências reclamadas.

§12º Considera-se relatório final o elaborado pelo relator eleito, desde que aprovado pela maioria dos membros da Comissão, e não o sendo, considera-se relatório final e elaborado por um dos membros com voto vencedor, designado pelo presidente da Comissão, o qual deverá ser assinado primeiramente por quem o redigiu e, em seguida, pelos demais membros.

§13º Na votação do relatório, os membros da Comissão poderão apresentar seu voto por escrito e devidamente fundamentado.

§14º O relatório final será protocolado na Secretaria da Câmara Municipal, acompanhado das demais peças do processo, para ser lido em Plenário, no Pequeno Expediente da primeira sessão ordinária seguinte, o qual independerá de apreciação do Plenário devendo o Presidente dar-lhe encaminhamento de acordo com as recomendações nele propostas.

§15º A Secretaria da Câmara deverá fornecer cópia do relatório final da Comissão Parlamentar de Inquérito ao Vereador que a solicitar, independente de requerimento.



TÍTULO III
Dos Vereadores

Capítulo I

Seção I

Do Exercício da Vereança

Art.63. Os Vereadores são agentes políticos investidos de mandato legislativo municipal, eleitos pelo sistema partidário e representação proporcional, por voto direto, secreto e universal.

Art.64. É assegurado ao Vereador, uma vez empossado:

- I- participar de todas as discussões e votar nas deliberações do Plenário, salvo quando tiver interesse na matéria, direta ou indiretamente, o que comunicará ao Presidente;
- II- votar na eleição da Mesa e das Comissões Permanentes;
- III- apresentar proposição e sugerir medidas que visem o interesse coletivo, ressalvadas as matérias de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa;
- IV- concorrer aos cargos da Mesa e das Comissões, salvo impedimentos;
- V- usar da palavra em defesa das proposições apresentadas que visem o interesse do Município ou em oposição às que julgar prejudicadas ao interesse público, sujeitando-se às limitações deste Regimento.

Seção II

Das Vedações, Perda do Mandato e Falta de Decoro

Art.65. É vedado ao Vereador:

I- desde a expedição do diploma:

- a) firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;
- b) aceitar cargo, emprego ou função, no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta Municipal salvo mediante aprovação em concurso público e observado o disposto do art. 38º da Constituição Federal.

II- desde a posse:

- a) ocupar cargo, função ou emprego, na Administração Pública Direta ou indireta do Município, de que seja exonerado “ad nutun”, salvo o cargo



de Secretário Municipal ou Diretor equivalente, desde que se licencie do mandato;

b) exercer outro cargo eletivo federal, estadual ou municipal;

c) ser proprietário controlador ou diretor de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público do município, ou nela exercer função remunerada;

d) patrocinar causa junto ao Município em que seja interessado em qualquer das entidades a que se refere a alínea "a" do inciso I deste artigo.

Art.66. Perderá o mandato o Vereador:

I- que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III- que utilizar-se do mandato para a prática de atos de corrupção ou de improbidade administrativa;

IV- que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara, salvo por doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade;

V- que fixar residência fora do Município;

VI- que perder ou tiver suspenso os direitos políticos.

§1º Nos casos dos incisos I e II a perda do mandato será declarada pela Câmara por voto aberto e maioria absoluta, mediante provocação da Mesa ou de Partido Político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§2º Nos casos previstos nos incisos I, II e IV, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de ofício ou mediante provocação de qualquer de seus membros ou de Partidos Políticos representados na Câmara, assegurada ampla defesa.

§3º O processo de cassação do mandato de Vereador obedecerá, além dos parágrafos 1º e 2º deste artigo, o estabelecimento em lei federal, na Lei Orgânica do Município e neste Regimento Interno.

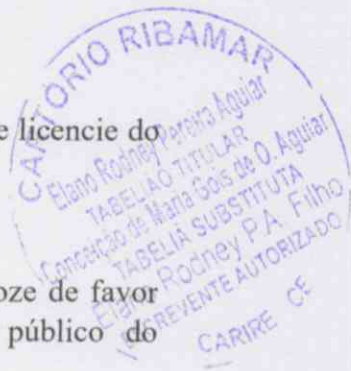
§4º Sempre que o Vereador cometer, dentro do recinto da Câmara excesso que deva ser reprimido, o Presidente conhecerá do fato e tomará as providências seguintes, conforme a gravidade:

I- advertência em Plenário;

II- cassação da palavra;

III- determinação para retirar-se do Plenário;

IV- suspensão da Sessão, para entendimentos na sala da presidência;



V- proposta de cassação de mandato de acordo com legislação vigente.

§5º Considera-se atentatório do decoro parlamentar quando o detentor do uso da palavra usar expressões que se configurem crimes contra a honra ou contenham incitamento à prática de crimes.

§6º É incompatível com o decoro parlamentar:

- I- o abuso das prerrogativas legais asseguradas ao Vereador;
- II- a percepção de vantagens indevidas;
- III- a prática de irregularidades graves no desempenho do mandato ou de encargos dele decorrentes.

Seção III

Das Penalidades Por Falta de Decoro

Art.67. As infrações definidas nos parágrafos 5º e 6º do artigo anterior acarretam as seguintes penalidades, em ordem de graduação:

- I- censura;
- II- perda temporária do exercício do mandato, até o máximo de trinta dias;
- III- perda do mandato.

Art.68. A censura será verbal ou escrita:

§1º A censura verbal será aplicada em sessão pelo Presidente da Câmara ou de Comissão, no âmbito desta, ao Vereador que:

- I- inobservar os deveres inerentes do mandato ou os preceitos deste Regimento;
- II- praticar atos que infrinjam as regras de boa conduta nas dependências da Casa;
- III- perturbar a ordem nas sessões da Câmara ou nas reuniões das Comissões.

§2º A censura escrita será imposta pela Mesa ao Vereador que:

- I- na qualidade de detentor do uso da palavra, usar expressões atentatórias ao decoro parlamentar;
- II- praticar ofensas físicas ou morais no edifício da Câmara, ou desacatar, por atos ou palavras, outro parlamentar, a Mesa ou Comissão, ou os respectivos Presidentes.

Art.69. Considera-se incurso na sanção de perda temporária do exercício do mandato, por falta de decoro parlamentar, o Vereador que:

- I- reincidir nas hipóteses previstas nos parágrafos do artigo anterior;

CAVALHEIRO RIBAMAR
Luis Rodney Pereira Aguiar
Concedido ao TITULAR
TABELIA SUBSTITUTA
Emano Rodney P.A. Filho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CARIBE CE

- II- praticar transgressão grave ou reiterada dos preceitos deste Regimento;
- III- revelar conteúdo de debates ou deliberação que a Câmara ou Comissão haja resolvido que devam ficar secretos;
- IV- revelar informações e documentos oficiais de caráter reservado, de que tenha tido conhecimento na forma regimental;
- V- faltar sem motivo justificado a três sessões ordinárias consecutivas ou a seis intercaladas, dentro da sessão legislativa ordinária.

§1º Nos casos dos incisos I e IV, a penalidade será aplicada pelo Plenário, em votação aberta e por maioria simples, assegurada ampla defesa ao infrator.

§2º Na hipótese do inciso V, a Mesa aplicará, de ofício, o máximo de penalidade, resguardado o princípio da ampla defesa.

Seção IV

Da Suspensão do Exercício da Vereança

Art.70. Extingue-se o mandato de Vereador, devendo ser declarado pelo Presidente da Câmara, obedecida a Legislação Federal, quando:

- I- ocorrer falecimento, renúncia por escrito lida em Plenário, cassação dos direitos políticos ou condenação com pena acessória específica;
- II- deixar de tomar posse, sem motivo justificado, perante a Câmara Municipal, dentro do prazo estabelecido no art.8º deste Regimento;
- III- deixar de comparecer em cada sessão Legislativa anual, à terça parte das sessões ordinárias da Câmara Municipal, salvo por motivo de doença comprovada, licença ou missão autorizada pela edilidade ou, ainda, deixar de comparecer a três sessões extraordinárias convocadas por escrito pelo Presidente para apreciação de matéria urgente, desde que comprovado o recebimento da convocação, em ambos os casos, assegurada ampla defesa;
- IV- incidir nos impedimentos para o exercício do mandato estabelecidos em lei, não se desincompatibilizar até a posse, e, nos casos supervenientes, no prazo fixados em lei ou neste Regimento;

Art.71. A extinção do mandato se toma efetiva pela declaração do ato ou fato pelo Presidente, que fará constar da ata da primeira sessão, comunicando ao Plenário e convocando imediatamente o respectivo Suplente.

Parágrafo Único - Se o Presidente da Câmara omitir-se nas providências deste artigo, o Suplente de Vereador poderá requerer a declaração da extinção do mandato por via judicial, de acordo com a Lei Federal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
CARTÓRIO RIBAMAR
Elano Ruyter Pereira Aguiar
TABELADOR
Comissão de Maria Sôis de O. Aguiar
TABELA SUBSTITUTA
Elano Roney P.A. Filho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CARIBE CE

Art. 72. A renúncia do Vereador será sempre escrita, assinada e com firma reconhecida, reputando-se aberta a vaga a partir da sua leitura em Plenário, pelo detentor do mandato ou pelo Secretário.

PLENÁRIO RIBAMAR
TABELA TITULAR
Concessão de Maria Góis de O. Aguiar
TABELA SUBSTITUTA
Elmano Rodney P.A. Filho
ASSOCIENTE AUTORIZADO
CARRECE CE

Seção V

Do Processo Destituitório

Art. 73. Sempre que qualquer Vereador propuser a destituição de membro da Mesa, o Plenário, conhecendo da representação, deliberará preliminarmente em face da prova documental oferecida por antecipação pelo representante sobre o processamento da matéria.

§1º Caso o Plenário se manifeste pelo processamento da representação, a mesma será atuada pelo Secretário, Presidente ou o seu substituto legal, se for ele o denunciado, e determinará a notificação do acusado para oferecer defesa no prazo de 15 (quinze) dias e arrolar testemunhas até o máximo de 3 (três), sendo-lhe enviada cópia da peça acusatória e dos documentos que a tenham instruído.

§2º Se houver defesa, anexada à mesma com os documentos que a acompanharem aos autos, o Presidente mandará notificar o representante para confirmar a representação retirá-la no prazo de 5 (cinco) dias;

§3º Se não houver defesa, ou havendo e o representante confirmar a acusação, será sorteado relator para o processo e convocar-se-á sessão extraordinária para a apreciação da matéria na qual serão inquiridas as testemunhas de defesa e de acusação até o máximo de 03 (três) para cada lado;

§4º Não poderá funcionar como relator o membro da Mesa.

§5º Na sessão o relator, que se servirá de Assessor Jurídico da Câmara para coadjuvá-lo, inquirirá as testemunhas perante o Plenário, podendo qualquer Vereador formular-lhes perguntas, do que se lavrará assentada.

§6º Finda a inquirição, o Presidente da Câmara concederá 30 (trinta) minutos para se manifestarem individualmente o representante, o acusado e o relator, seguindo-se a votação da matéria pelo Plenário.

§7º Se o Plenário decidir, por 2/3 de votos dos Vereadores, pela destituição, será elaborado projeto de resolução pelo Presidente da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e o Presidente da Câmara declarará destituído o membro da Mesa.

CAPÍTULO II

Seção I

Das Licenças, das Vagas

CARTORIO RIBAMAR
Elano Rodney Pereira Aguiar
TABELIAO TITULAR
Elano Rodney P.A. Filho
ESCREVENTE AUTORIZADO
CARIRE CE

Art.74. O Vereador poderá licenciar-se mediante requerimento dirigido a Presidência, nos seguintes casos:

- I- por motivo de doença, devidamente comprovada;
- II- para tratar de interesses particulares;
- III- para desempenhar missões temporárias e de caráter cultural ou de interesse do Município.

§1º O Vereador licenciado nos termos do item III deste artigo poderá receber ajuda pecuniária correspondente ao exato valor do subsídio a que faria jus se estivesse no efetivo exercício do cargo.

§2º Dar-se-á a convocação de suplente de Vereador nos casos de vaga ou licença ou em impedimentos previstos na Lei Orgânica do Município.

§3º Sempre que ocorrer vaga ou licença o Presidente da Câmara convocará o respectivo Suplente que deverá tomar posse no prazo de 15 (quinze) dias contados da data da convocação, salvo justo motivo aceito pela Câmara, quando se prorrogará o prazo.

§4º Em caso de vaga, não havendo Suplente, o Presidente da Câmara comunicará o fato, dentro de 48 (quarenta e oito) horas ao Tribunal regional Eleitoral, a quem compete realizar eleição para preenche-la se faltarem mais de 18 (dezoito) meses para o término do mandato.

§5º Enquanto a vaga a que se refere o parágrafo anterior não for preenchida, calcular-se-á o quórum em função dos Vereadores remanescentes.

CAPÍTULO III

Dos Líderes

Art.75. Os partidos políticos poderão ter líderes e vice-líderes na Câmara, que serão seus porta-vozes com prerrogativas constantes deste Regimento.

Art.76. A indicação dos líderes será feita em documento subscrito pelos membros das representações majoritárias, minoritárias, blocos parlamentares ou pelos Partidos Políticos, á Mesa, nas 24 horas que se seguirem à instalação do primeiro período legislativo anual.

§1º Os líderes indicarão os respectivos vice-líderes, dando conhecimento à Mesa da Câmara.

§2º Enquanto não houver a indicação dos líderes, serão tidos como tais os Vereadores mais votados da respectiva bancada.

§3º Não havendo unanimidade entre os Vereadores componentes da bancada, será considerado líder aquele cuja indicação tiver maior número de assinatura da respectiva bancada.

§4º Quando as bancadas entenderem de substituir seus líderes deverão fazê-lo na forma prevista no “caput” deste artigo, tendo validade após leitura no Expediente de sessão ordinária da Câmara.

§5º Não serão reconhecidos como líderes para gozo das prerrogativas regimentais os representantes de grupos, alas, facções ou do Prefeito.

Art.77. Os líderes terão o dobro a mais do prazo para uso da palavra nos casos previstos no Art.149º, itens I a IV deste Regimento.

CAPÍTULO IV

Das Incompatibilidades e Impedimentos

Art.78. Os Vereadores não poderão:

a) Firmar ou manter contrato com o Município, com suas autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista ou com suas empresas concessionárias de serviço público, salvo quando o contrato obedecer à cláusulas uniformes;

b) Aceitar ou exercer cargo, função ou emprego remunerado, inclusive os de que sejam demissíveis “ad nutum” nas entidades constantes da alínea anterior, salvo mediante aprovação em concurso público, caso em que, após a investidura, deverão analisar a compatibilidade de horários, não havendo compatibilidade, ficarão automaticamente licenciados, sem vencimentos:

- Desde a posse:

a) Ser proprietário, controladores ou diretores de empresa que goze de favor decorrente de contrato com pessoa jurídica de direito público municipal, ou nela exercer função remunerada;

b) Ocupar cargo ou função de que sejam demissíveis “ad nutum” nas entidades referidas no inciso I, a;

c) Patrocinar causa em que seja interessada qualquer das entidades a que se refere o inciso I,a;

d) Ser titular de mais de um cargo ou mandato público eletivo.

Art. 79. Perderá o mandato o vereador:

I- Que infringir qualquer das proibições estabelecidas no artigo anterior;

II- Cujo procedimento for declarado incompatível com o decoro parlamentar ou atentatório às instituições vigentes;

III- Que deixar de comparecer, em cada sessão legislativa, a 03 (três) sessões ordinárias consecutivas ou a 02 (duas) sessões extraordinárias convocadas pela própria Casa ou pelo Poder Executivo, salvo licença ou missão por esta autorizada;

IV- Que perder ou tiver suspenso os direitos políticos;





V- Que não fixar residência e domicílio com habitualidade no Município;

VI- Que sofrer condenação criminal em sentença definitiva e irrecorrível;

VII- Que não tornar posse nas condições estabelecidas na Lei Orgânica Municipal;

§1º É incompatível com o decoro parlamentar, além nos casos definidos no Regimento Interno, o abuso das prerrogativas asseguradas a membro da Câmara Municipal ou a percepção de vantagens indevidas.

§2º Nos casos dos incisos I, II e VI, a perda do mandato será decidida pela Câmara em voto aberto e maioria absoluta, mediante provocação da mesa ou de partido político representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

§3º Nos casos previstos nos incisos III, IV e VI, a perda será declarada pela Mesa da Câmara, de Ofício ou mediante provocação de qualquer de seus vereadores ou de partido representado na Câmara, assegurada ampla defesa.

CAPÍTULO V

Dos Subsídios dos Vereadores

Art.80. Os subsídios dos Vereadores serão fixados por Resolução de iniciativa da Câmara Municipal para a legislatura seguinte, antes das eleições municipais, dentro dos limites e critérios estabelecidos na Constituição Federal e na Lei Orgânica do Município.

§1º Não prejudicarão o pagamento dos subsídios aos Vereadores presentes, a não realização de sessão por falta de quórum e a ausência de matéria a ser votada, e no recesso parlamentar, os subsídios serão pagos de forma integral.

TÍTULO IV

Das Proposições e de sua Tramitação

Capítulo I

Das Modalidades de Proposição e de sua Forma

Art.81. Proposição é toda matéria sujeita à deliberação do Plenário, qualquer que seja o seu objeto.

Art.82. São modalidades de proposição:

I- proposta de emenda à lei Orgânica;

II- projeto de Lei Complementar;



- III- projetos de lei;
- IV- projetos de decreto legislativo;
- V- projetos de resolução;
- VI- projetos substitutivos;
- VII- emendas e subemendas;
- VIII- vetos;
- IX- pareceres da Comissões Permanentes;
- X- relatórios das Comissões Especiais de qualquer natureza;
- XI- indicações;
- XII- requerimentos;
- XIII- representações.

Art.83. As proposições deverão ser redigidas em termos claros, objetivos e concisos, em língua nacional e na ortografia oficial pelo seu autor ou autores.

§1º Considera-se autor da proposição, para efeitos regimentais, o seu primeiro signatário, sendo de simples apoio as assinaturas que se seguirem à primeira.

§2º Ao signatário da proposição só é lícito dela retirar sua assinatura antes da sua apresentação em Plenário.

Art.84. Exceção feita às emendas, subemendas, indicações, requerimentos e vetos, as proposições deverão conter ementa indicativa do assunto a que se referem.

Art.85. As proposições consistentes em projetos de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, deverão ser oferecidas com justificativa, por escrito.

Parágrafo Único - Nenhuma proposição poderá incluir matéria estranha ao seu projeto.

CAPÍTULO II

Das Proposições em Espécie

Art.86. Toda matéria legislativa de competência da Câmara, dependente de manifestação do Prefeito, será objeto de projeto de lei, todas as deliberações privativas da Câmara, tomadas em Plenário, que independem do Executivo, terão forma de decreto legislativo ou de resolução, conforme o caso, exceto o veto e o relatório de Comissão Parlamentar de Inquérito, em que a Câmara Municipal não for competente para deliberar.

§1º Destinam-se os decretos legislativos a regular as matérias de exclusiva competência da Câmara, sem sanção do Prefeito e que tenham efeito externo, tais como:

I- concessão de licença ao Prefeito para afastar-se do cargo ou ausentar-se do Município por mais de quinze dias;

II- representação à Assembléia Legislativa sobre modificação territorial ou do nome da sede do Município;

III- mudança do local de funcionamento da Câmara;

IV- cassação do mandato do Prefeito, na forma prevista na legislação pertinente;

§2º Destinam-se as resoluções a regulamentar matéria de caráter político e administrativo de sua economia interna, sobre as quais deva a Câmara pronunciar-se em casos concretos tais como:

I- perda de mandato de Vereador;

II- concessão de licença a Vereador para desempenhar missão temporária de caráter cultural ou de interesse do Município;

III- conclusões de Comissão de Inquérito ou Mista, quando for o caso;

IV- qualquer matéria de natureza regimental;

V- todo e qualquer assunto de sua economia interna, de caráter geral ou normativo;

VI- aprovação ou rejeição do parecer prévio sobre as contas do Município, proferido pelo Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará mediante aprovação de 2/3 dos vereadores.

Art.87. A iniciativa dos projetos de lei cabe a qualquer Vereador, à Mesa da Câmara, às Comissões Permanentes, ao Prefeito e ao eleitorado, ressalvado os casos de iniciativa exclusiva do Executivo e da Mesa da Câmara, conforme determinação constitucional, legal ou deste Regimento.

Parágrafo Único – O eleitorado exercerá o direito de iniciativa das leis, sob a forma de moção articulada subscrita, no mínimo, por 5% (cinco por cento) do total de eleitores do Município.

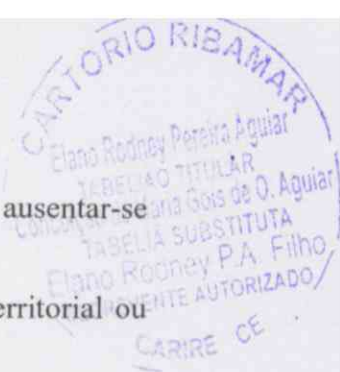
Art.88. Substitutivo é o projeto de lei, de resolução ou de decreto legislativo apresentado por um Vereador ou Comissão para substituir outro já apresentado sobre o mesmo assunto.

Parágrafo Único - Não é permitido substitutivo parcial ou mais de um substitutivo ao mesmo projeto.

Art. 89. Emenda é a proposição apresentada como acessório de outra.

§1º As emendas podem ser supressivas, substitutivas, aditivas e modificativas.

§2º Emenda supressiva é a proposição que manda erradicar qualquer parte da outra.



CARTÓRIO RIBAMAR
Elano Rodney Pereira Aguiar
TABELIAO TITULAR
TABELIAO de Maria Gois de O. Aguiar
Elano Rodney P.A. Filho
MAGREVENTE AUTORIZADO
CARIRE CE

§3º Emenda substitutiva é a proposição apresentada como sucedânea da outra.

§4º Emenda aditiva é a proposição que deve ser acrescentada à outra.

§5º Emenda modificativa é a proposição que visa alterar a redação de outra.

§6º A emenda apresentada a outra emenda denomina-se subemenda.

Art.90. Veto é a oposição formal e justificada do Prefeito a projeto de lei aprovado pela Câmara por considerá-lo inconstitucional, ilegal ou contrário ao interesse público.

Art.91. Parecer é o pronunciamento, por escrito, de Comissão Permanente sobre matéria que lhe haja sido regimentalmente distribuída, podendo ser simplificado ou circunstanciado.

Parágrafo Único - O parecer poderá ser acompanhado de projeto substitutivo ao projeto de lei, decreto legislativo ou resolução que suscitou a manifestação da Comissão.

Art.92. Relatório de Comissão Especial é o pronunciamento escrito que encerra as suas conclusões sobre o assunto que motivou a sua constituição.

Parágrafo Único - Quando as conclusões de Comissão Especial indicarem a tomada de medidas legislativas, o relatório poderá fazer-se acompanhar de projeto de lei, decreto legislativo ou resolução, salvo se tratar-se de matéria de iniciativa reservada ao Prefeito.

Art. 93. Indicação é a proposição escrita pela qual o Vereador sugere medidas de interesse público, dispensado o parecer de Comissões Permanentes.

Art.94. Requerimento é todo pedido verbal ou escrito de Vereador ou de Comissão feito ao Presidente da Câmara ou por seu intermédio sobre assunto do expediente, da Ordem do dia ou de interesse pessoal do Vereador, dispensada a audiência das Comissões Permanentes.

§1º Serão verbais e decididos pelo Presidente da Câmara os requerimentos que solicitem:

- I- a palavra ou desistência dela;
- II- permissão para falar sentado;
- III- leitura de qualquer matéria para conhecimento do Plenário;
- IV- observância de disposição regimental;
- V- retirada, pelo autor, de proposição ainda não inscrita na Ordem do Dia;
- VI- requisição de documento, processo, livro ou publicação existente na Câmara sobre proposição em discussão;
- VII- justificativa de voto e sua transcrição em ata;



VIII- verificação de quórum;

IX- licença de Vereador para ausentar-se da sessão.

§2º Serão igualmente verbais e sujeitos a deliberação do Plenário os requerimentos que solicitem:

I- prorrogação de sessão ou dilatação da própria prorrogação;

II- dispensa de leitura da matéria constante da Ordem do Dia;

III- destaque de matéria para votação;

IV- votação e descoberto;

V- encerramento de discussão;

VI- inclusão de proposição em regime de urgência especial ou simples;

VII- voto de louvor, congratulações, pesar ou repúdio;

VIII- impugnação ou retificação da ata;

IX- manifestação do Plenário sobre aspectos relacionados com matéria em debate;

X- dispensa de discussão de proposição com todos os pareceres favoráveis;

XI- declaração em Plenário de interpretações do Regimento;

§3º Serão escritos e sujeitos à deliberação do Plenário os requerimentos que versem sobre:

I- audiência de Comissão Permanente;

II- juntada de documentos a processo ou desentranhamento;

III- transcrição integral de proposição ou documento em ata;

IV- preferência para discussão de matéria ou redução de interstício regimental para discussão;

V- anexação de proposições com objetivo idêntico;

VII- constituição de Comissões Especiais e de Inquérito;

VIII- retirada de proposição já inscrita na Ordem do Dia;

IX- convocação de Secretário Municipal para prestar esclarecimento em Plenário.

Art.95. Representação é a exposição escrita e circunstanciada de Vereador ao Presidente da Câmara visando a destituição de membro da Mesa nos casos previstos neste Regimento.

Parágrafo Único - Para efeitos regimentais, equipara-se à representação a denúncia contra o prefeito ou Vereador sob acusação de prática de ilícito político-administrativo.

CAPÍTULO III

Seção I

Da Apresentação das Proposições

CARTÓRIO RIBAMAR
Cláudio Rodney Pereira Aguiar
TABELIAO TITULAR
Corretor de Maria Góis de O. Aguiar
TABELIA SUBSTITUTA
Flávio Rodney P.A. Filho
ESCRIVÃO AUTORIZADO
EXIBIR CE

Art.96. Toda e qualquer proposição escrita, para constar na pauta de sessão ordinária, exceto nos casos previstos no Art.82, VIII, IX e X, deverá ser apresentada com antecedência de 48 (quarenta e oito) horas na Secretaria da Câmara, que a protocolará, remunerando-a e encaminhando-a ao Presidente.

Art.97. Os projetos substitutivos das Comissões, os vetos, os pareceres, bem como os relatórios das Comissões Especiais serão apresentados nos próprios processos com encaminhamento ao presidente da Câmara.

Art.98. As emendas e subemendas serão apresentadas à Mesa até 48 (quarenta e oito) horas antes do início da sessão em cuja Ordem do Dia se ache incluída a respectiva proposição, a não ser que sejam oferecidas por ocasião dos debates, ou se tratar de projeto em regime de urgência especial, ou ainda, quando estejam assinadas pela maioria absoluta dos Vereadores.

§1º as emendas à Proposta Orçamentária, ao Plano Plurianual e às Diretrizes Orçamentárias serão oferecidas no prazo de 10 dias, a partir da inserção da matéria no expediente, à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

§2º as emendas aos projetos de codificação e de estatutos serão apresentadas no prazo de 15 dias à comissão de Legislação Justiça e Redação Final, à partir da data em que esta receba o processo, sem prejuízo daquelas oferecidas por ocasião dos debates.

Art.99. As representações far-se-ão acompanhar, obrigatoriamente de documentos hábeis que as instruem e. a critério de seu autor, de rol de testemunhas, devendo ser oferecidas em tantas vias quantos forem os acusados.

Art.100. O Presidente, conforme o caso, não aceitará proposição:

- I- em matéria que não seja de competência do município;
- II- que versar sobre assuntos alheios à competência da Câmara ou privativos do Executivo;
- III- que vise delegar a outro Poder atribuições próprias do Legislativo, salvo a hipótese de lei delegada;
- IV- que sendo de iniciativa do Prefeito tenha sido apresentada por Vereador;
- V- que seja apresentada por Vereador licenciado, afastado ou ausente;

CARTORIO RIBAMAR
Elano Rodney Pereira Aguiar
TITULAR
Elano Rodney P.A. Filho
ESCREVENTE AUTORIZADO
-ARIRE CE

VI- que tenha sido rejeitada anteriormente na mesma sessão Legislativa, salvo se tratar de matéria de iniciativa exclusiva do prefeito, ou quando tenha sido subscrita pela maioria absoluta dos membros da Câmara;

VII- que seja formalmente inadequada por não serem observados os requisitos dos artigos 81 a 85 deste Regimento;

VIII- quando a emenda ou subemenda for apresentada fora do prazo e não observar a restrição constitucional de não poder emendar ou não tiver relação com a matéria da proposição principal;

IX- quando a indicação versar matéria que, em conformidade este Regimento, deve ser objeto de requerimento;

X- quando a Representação não se encontrar devidamente documentada ou arguir fatos irrelevantes ou impertinentes;

XI- quando o Substitutivo não versar sobre o mesmo assunto do projeto de origem.

Parágrafo Único - Exceto nas hipóteses dos incisos VII e XI, caberá recurso do autor ou autores ao Plenário no prazo de 05 (cinco) dias, o qual será distribuído à Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final para o devido parecer.

SEÇÃO II

Retirada das Proposições

Art.101. A retirada de proposição em curso na Câmara é permitida:

I- quando de autoria de um ou mais Vereador, mediante requerimento da maioria dos autores;

II- quando de autoria de Comissão ou de Mesa, mediante requerimento da maioria de seus membros;

III- quando de autoria do Poder executivo mediante solicitação do autor por escrito, não podendo ser recusada;

IV- quando de iniciativa popular, mediante requerimento assinado por metade mais um dos seus subscritores;

§1º O requerimento de retirada de proposição não poderá ser apresentado quando já iniciada a votação da matéria.

§2º Se a proposição ainda não estiver incluída na Ordem do Dia, o requerimento será decidido pelo presidente, em caso contrário, pelo Plenário.

§3º A proposição retirada na forma deste artigo não poderá ser reapresentada na mesma sessão legislativa, salvo for deliberação do Plenário.

Art.102. No início de cada legislatura a Mesa ordenará o arquivamento de todas as proposições apresentadas na legislatura anterior, em tramitação na Casa sem parecer ou com parecer contrário das Comissões competentes, salvo:

- I- as de iniciativa das Comissões Especiais;
- II- as de iniciativa das Comissões Parlamentares de Inquérito;
- III- as de iniciativa do Executivo sujeitas a deliberação em prazo certo, exceto as que abram crédito suplementar.

Parágrafo único - O vereador autor de proposição arquivada na forma deste artigo poderá requerer o seu desarquivamento e re-tramitação.

Art.103. Os requerimentos a que se refere o §1º do art.94 serão indeferidos quando impertinentes, repetitivos ou manifestados contra expressa disposição regimental, sendo incorrigível a decisão.

CAPÍTULO IV

Seção I

Da Tramitação das Proposições

Art.104. Recebida, qualquer proposição escrita será encaminhada ao Presidente da Câmara, que determinará imediatamente a sua tramitação, observando o disposto neste Capítulo.

Art. 105. Quando a proposição consistir em projeto de lei, de decreto legislativo, de resolução ou de projeto substitutivo, uma vez lida pelo Secretário durante o Expediente, será pelo Presidente encaminhada às Comissões competentes para os pareceres técnicos.

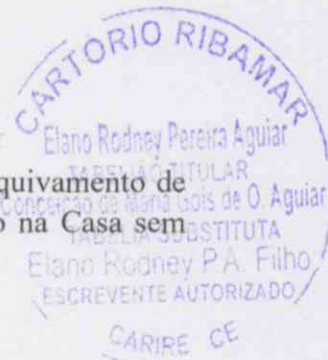
§1º No caso de projeto substitutivo oferecido por determinada Comissão, ficará prejudicada a remessa do mesmo a sua própria autora.

§2º Nenhuma proposição, salvo as indicações e requerimento poderão ser apreciadas pelo Plenário sem o Parecer das Comissões competentes.

Art.106. As emendas e subemendas serão, obrigatoriamente, apreciadas pelas Comissões na mesma fase que a proposição originária.

Art.107. Sempre que o Prefeito vetar, no todo ou em parte, determinada proposição aprovada Câmara comunicando o veto a esta, a matéria será incontinentemente encaminhada a Comissão de Legislação, Justiça e Redação final, que poderá solicitar a audiência de outra Comissão, com a qual poderá reunir-se em conjunto observado o disposto no art.57 deste Regimento.

§1º A apreciação do veto pelo Plenário da Câmara será dentro de 30 dias, a contar de seu recebimento, em uma só discussão e votação, com parecer ou sem ele, considerando-se rejeitado pelo voto da maioria absoluta dos Vereadores, em votação aberta.



CARTORIO RIBAMAR
Emano Rodney Pereira Aguiar
CONSTITUÍDO
Conceição de Maria Gois de O. Aguiar
PROCURADORA GERAL
Emano Rodney P.A. Filho
ESCRITAMENTE AUTORIZADO
CÉ

§2º rejeitado o veto, será o projeto enviado ao Prefeito para a promulgação.

§3º A manutenção do veto não restaura matéria suprimida ou modificada pela Câmara.

§4º Na apreciação do veto a Câmara não poderá introduzir qualquer modificação no texto aprovado.

Art.108. Os pareceres das Comissões Permanentes serão obrigatoriamente incluídos na Ordem do Dia em que serão apreciadas as proposições a que se referem.

Art.109. As indicações, após lidas no Expediente, serão encaminhadas independente de deliberação do Plenário, a quem de direito através da Secretaria da Câmara.

Parágrafo Único - No caso de entender o Presidente que a indicação não deva ser encaminhada, dará conhecimento da decisão ao autor e solicitará o pronunciamento do Plenário sobre a mesma.

Art.110. Os requerimentos a que se referem os §§ 1º e 2º do art.94 serão apresentados em qualquer fase da sessão e postos imediatamente em tramitação independente de sua inclusão no Expediente ou na Ordem do Dia.

Parágrafo Único - Qualquer vereador poderá manifestar a intenção de discutir os requerimentos a que se refere o §3º do art. 94 com exceção daqueles dos incisos I, II, III, IV e V.

Art.111. Durante os debates, na Ordem do Dia, poderão ser apresentados requerimentos que se refiram estritamente ao assunto discutido, sendo deliberados pelo Plenário, sem prévia discussão. Admitindo-se entretanto, encaminhamento de votação pelo proponente e pelos líderes partidários.

SEÇÃO II

Do Regime de Urgência

Art.112. As proposições poderão tramitar em regime de urgência especial ou de urgência simples.

§1º O regime de urgência especial implica que a matéria seja deliberada em votação final dentro de no máximo duas sessões, devendo os prazos para pareceres e apresentações de emendas serem reduzidas para metade do prazo previsto neste Regimento, e a não concessão de vistas.

§2º Caso as Comissões não emitam parecer na matéria tratada em regime de urgência especial, o Presidente da Câmara no dia previsto para votação final da matéria suspenderá a Sessão na Ordem do Dia e determinará que as comissões em conjunto emitam o parecer e se prossiga a deliberação na mesma sessão.

§3º O regime de urgência simples implica na impossibilidade de adiamento de apreciação da matéria e exclui os pedidos de vista e de audiência de comissão a que

não esteja afeto o assunto, assegurando à proposição inclusão, em seguida **prioridade**, na Ordem do Dia.

Art.113. A concessão de urgência especial dependerá de aprovação do Plenário, mediante provocação da Mesa ou de Comissão, de autores da proposição em assuntos de sua competência privativa ou especialidade, ou ainda, por proposta da maioria dos membros da edilidade, devendo ser transcrito na ata da sessão.

Art.114. O regime de urgência simples será concedido pelo Plenário através de requerimento verbal de qualquer Vereador, quando se tratar de matéria de relevante interesse público que exige, por sua natureza, a pronta deliberação do Plenário.

Parágrafo Único – Serão incluídas no regime de urgência simples, independente de manifestação do plenário, as seguintes matérias:

I- a proposta orçamentária a partir do escoamento da metade do prazo de que dispunha o legislativo para apreciá-la;

II- os projetos de lei do executivo sujeitos à apreciação em prazo certo a partir das 3 (três) últimas sessões que se realizarem no intercurso daquele;

III- o veto quando escoados 2/3 do prazo para sua apreciação.

Art.115. As proposições em regime de urgência especial ou simples e aquelas com pareceres ou para as quais não sejam estes exigíveis ou tenham sido dispensados prosseguirão sua tramitação na forma do disposto no Título IV deste Regimento.

Art.116. Quando por extravio ou retenção indevida, não for possível o andamento de qualquer proposição e já estando vencidos os prazos regimentais, o Presidente fará reconstruir o respectivo processo e determinará a sua re-tramitação.

TÍTULO V

Das Sessões da Câmara

CAPÍTULO I

Das Sessões em Geral

Art.117. As sessões da Câmara serão ordinárias, extraordinárias ou solenes, assegurando o acesso às mesmas do público em geral.

§1º Para assegurar maior publicidade às sessões da Câmara, poder-se-á publicar a pauta e o resumo dos trabalhos através da imprensa, oficial ou não.

§2º Qualquer cidadão poderá assistir às sessões da Câmara na parte do recinto reservado ao público desde que:

I- apresente-se convenientemente trajado;

II- não porte arma;

CARTÓRIO RIBAMAR
Elano Rodney Pereira Aguiar
Concedido de Maria Góis de O. Aguiar
TABELIA SUBSTITUTA
Elano Rodney P.A. Filho
EXCERTE AUTORIZADO
CÂMERA CE

III- conserve-se em silêncio durante os trabalhos;

IV- não manifeste apoio ou desaprovação ao que se passar em Plenário;

V- atenda as determinações do Presidente.

§3º O Presidente determinará a retirada do assistente que se conduza de forma a perturbar os trabalhos e evacuará o recinto sempre que julgar necessário.

Art.118. As sessões da Câmara deverão ser realizadas em recinto destinado ao seu funcionamento, observadas as exceções da Lei Orgânica Municipal.

Parágrafo Único – Comprovada a impossibilidade de acesso ao recinto da Câmara, ou outra causa que impeça a realização da sessão, a mesma poderá ser realizada em outro local designado pelo Juiz de Direito da Comarca, no ato de verificação da ocorrência.

Art.119. A Câmara poderá realizar sessões secretas por deliberação da maioria absoluta de seus membros, no interesse da segurança ou do decoro parlamentar, no último caso para tratar de assuntos de sua economia interna. *(Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

Parágrafo Único - Deliberada a realização de sessão secreta, ainda que para realiza-la se deva interromper a sessão pública, o Presidente determinará a retirada do recinto e de suas dependências, dos assistentes, dos funcionários da Câmara e dos representantes da imprensa, rádio e televisão. *(Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021)*

Art.120. A Câmara somente se reunirá quando tenha comparecido à sessão pelo menos a maioria absoluta de seus membros.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica às sessões solenes e de instalação, que se realizarão com qualquer número de Vereadores presentes.

Art.121. Durante as sessões, somente os Vereadores poderão permanecer na parte do recinto que lhes é destinada.

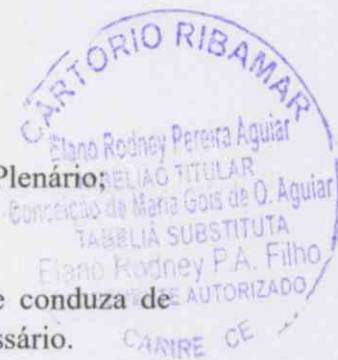
§1º A convite da Presidência, ou por sugestão de qualquer Vereador, poderão situar-se nessa parte para assistir a sessão, as autoridades públicas federais, estaduais e municipais presentes ou personalidades que estejam sendo homenageadas.

§2º Os visitantes recebidos em Plenário em dias de sessão poderão usar da palavra para agradecer a saudação que lhes seja feita pelo Legislativo.

CAPÍTULO II

Das Atas das Sessões

Art.122. De cada sessão da Câmara lavrar-se-á ata dos trabalhos contendo, sucintamente, os assuntos tratados a fim de ser submetida ao Plenário.



§1º As indicações e os requerimentos apresentados em sessão serão indicados na ata somente com menção da respectiva numeração e as demais proposições e documentos com a menção do objeto a que se refiram, salvo requerimento de transcrição integral aprovado pelo Plenário.

§2º A ata da sessão anterior, que ficará à disposição dos Vereadores até 24 horas de antecedência, será lida e votada sem discussão na sessão subsequente.

§3º A ata poderá ser impugnada, quando for totalmente inválida, por não descrever os fatos e as situações realmente ocorridas, mediante requerimento verbal de impugnação aprovado pelo Plenário.

§4º Poderá ser requerida retificação da ata quando nela houver omissão ou equívoco.

§5º Cada Vereador poderá falar uma vez sobre a ata para pedir a sua retificação ou impugnação.

§6º Requerida a impugnação ou a retificação da ata, o Plenário deliberará imediatamente a respeito.

§7º Aceita a impugnação, lavrar-se-á nova ata, e aprovada a retificação, será ela incluída na ata da sessão em que ocorrer a sua votação.

§8º Votada e aprovada, será assinada pelo Presidente e pelo Secretário.

§9º Não poderá requerer a impugnação ou retificação da ata o Vereador ausente à sessão a que a mesma se refira.

§10º A ata de sessão secreta será lavrada pelo Secretário, lida e aprovada na mesma sessão, sendo ainda lacrada e arquivada com rótulo datado e rubricado pela Mesa e somente poderá ser reaberta em outra sessão igualmente secreta, por deliberação do Plenário, a requerimento da Mesa ou de 1/3 dos Vereadores.

Art.123. A ata de última sessão de cada legislatura será redigida e submetida à aprovação na própria sessão com qualquer número, antes de seu encerramento.

CAPÍTULO III

Das Sessões Ordinárias

Art.124. As Sessões Ordinárias serão realizadas às primeiras e às terceiras sextas-feiras de cada mês, com início às 10hs, podendo haver alteração justificada no calendário das sessões desde que devidamente aprovado pelo Plenário. *(Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021)*



§1º A prorrogação das sessões ordinárias poderá ser determinada pelo Plenário, por proposta do Presidente ou a requerimento verbal de Vereador, pelo tempo estritamente necessário, jamais inferior a 15 minutos, para a conclusão de matéria já discutida.

§2º O tempo da prorrogação será previamente estipulado no requerimento e somente será apreciado se apresentado até 10 minutos antes do encerramento da Ordem do Dia.

§3º Antes de escoar-se a prorrogação autorizada, o Plenário poderá prorrogá-la à sua vez, devendo o novo requerimento ser oferecido até 05 (cinco) minutos antes do término daquela.

§4º Havendo dois ou mais pedidos simultâneos de prorrogação, será votado o que visar menor prazo, ficando prejudicados os demais.

Art.125. As sessões ordinárias compõem-se de quatro partes: Pequeno Expediente, Ordem do Dia, Indicações e Tribuna Livre.

§1º No início dos trabalhos, feita a chamada dos Vereadores pelo Secretário e havendo número legal, o Presidente declarará aberta sessão.

§2º Não havendo número legal, o Presidente, efetivo ou eventual, aguardará durante 15 minutos e persistindo a falta do número legal, fará lavrar ata sintética, com o registro dos nomes dos Vereadores presentes, declarando em seguida prejudicada a realização da sessão.

Art.126. O Pequeno Expediente se destinará à leitura da ata da sessão anterior e da correspondência dirigida ao Poder Legislativo.

Art.127. A Ordem do Dia destinar-se-á à apreciação das matérias constantes na pauta da sessão.

§1º N Ordem do Dia verificar-se-á previamente o número de Vereadores presentes e só será iniciada mediante a presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§2º Não se verificando quórum regimental, o Presidente aguardará por 15 minutos, como tolerância, antes de declarar encerrada a sessão.

§3º A ausência às votações equipara-se, para todos os efeitos, ausência às sessões, ressalvada a que se verificar a título de obstrução parlamentar legítima, aprovada pelo líder e comunicada à Mesa.

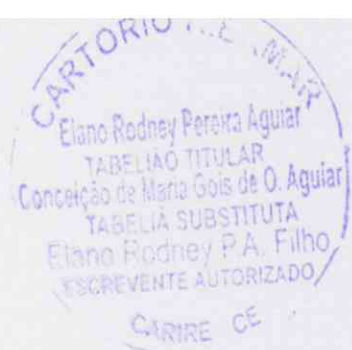
§4º O Presidente determinará ao Secretário a leitura de proposição:

I- constante da pauta e aprovada conclusivamente pelas Comissões Permanentes, para apreciação de eventual recurso de um terço dos membros da Casa.

II- sujeita à deliberação do Plenário, para oferecimento de emendas, na forma prevista neste Regimento.

§5º A pauta da Ordem do Dia obedecerá a seguinte ordem:





- I- matérias em regime de urgência especial;
- II- matérias em regime de urgência simples;
- III- vetos;
- IV- matérias em discussão única;
- V- matérias em segunda discussão;
- VI- matérias em primeira discussão;
- VII- recursos;
- VIII- demais proposições.

§6º As matérias de igual classificação figurarão na pauta de acordo com a ordem cronológica de sua apresentação.

§7º O Secretário procederá à leitura das matérias da pauta, a qual poderá ser dispensada a requerimento verbal de qualquer vereador, com aprovação do Plenário.

Art.128. As Indicações e Tribuna Livre destinar-se-ão a pronunciamentos de Vereadores, devidamente inscritos até o final da Ordem do Dia, sobre assuntos de seu interesse, de interesse de sua bancada ou qualquer outro assunto de interesse do Município, por três minutos no Pequeno Expediente e dez minutos para o Grande Expediente, facultado cinco minutos a mais para os líderes.

§1º A Mesa reterá e arquivará cópia de todo documento que for exibido por Vereador durante pronunciamento.

§2º Não havendo mais vereadores para falar, o Presidente declarará encerrada a sessão.

CAPÍTULO IV

Das Sessões Extraordinárias

Art.129. As sessões extraordinárias realizar-se-ão em qualquer dia da semana e a qualquer hora inclusive, domingos e feriados, ou após as sessões ordinárias, de acordo com a solicitação e aprovação da mesa diretora.

§1º A duração e a prorrogação de sessão extraordinária regem-se pelo disposto no art. 124 e seus parágrafos, no que couber.

§2º Na sessão extraordinária a Câmara somente deliberará sobre matéria para a qual foi convocada.

Art.130. A sessão legislativa extraordinária poderá ser convocada:

- I. Pelo Prefeito Municipal;
- II. Pelo Presidente da Câmara;

III. Pela maioria absoluta da totalidade de seus membros (*Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021*)



Art.131. As sessões extraordinárias serão convocadas, pelo Presidente da Câmara ou por quem o haja substituído com antecedência mínima de 03 (três) dias, mediante comunicação escrita aos Vereadores, ou por edital afixado em lugar próprio no Edifício da Câmara. (*Redação dada pela Resolução N° 03, de 08 de fevereiro de 2021*)

Parágrafo Único - Sempre que possível, a convocação far-se-á em sessão, caso em que será feita comunicação escrita apenas aos Vereadores ausentes à mesma.

Art.132. A sessão extraordinária compor-se-á exclusivamente de Ordem do Dia, que se cingirá à matéria objeto da convocação, observando-se quanto a aprovação da sessão anterior, ordinária ou extraordinária, o disposto no art. 122 e seus parágrafos.

Parágrafo Único - Aplicar-se-ão às sessões extraordinárias, no que couber, as disposições atinentes às sessões ordinárias.

CAPÍTULO V

Das Sessões Solenes

Art.133. As sessões solenes realizar-se-ão a qualquer dia e hora para fim específico, sempre relacionado com assuntos cívicos e culturais, não havendo prefixação de sua duração.

§1º As sessões solenes poderão realizar-se em qualquer local seguro e acessível, a critério da Mesa.

§2º Será elaborado previamente, o programa a ser cumprido na sessão solene, quando poderão usar da palavra autoridades, homenageados e representantes de classes ou de clubes de serviço, sempre a critério do Presidente da Câmara.

Art.134. As sessões solenes serão convocadas pelo Presidente da Câmara, por de liberação do Plenário.

Parágrafo Único - Nas sessões solenes não haverá Expediente nem Ordem do Dia formal, dispensadas a leitura da ata e a verificação de presença.

TÍTULO VI

Das Discussões e Deliberações

CAPÍTULO I

Das Discussões

Art. 135. Discussão é o debate de proposição figurante na Ordem do Dia pelo Plenário, antes de se passar a deliberação sobre a mesma.

§1º Não estão sujeitas à discussão:

- I- as indicações, salvo o disposto no parágrafo único do art.109;
- II- os requerimentos mencionados no Art.94. §§ 1º e 2º;
- III- os requerimentos mencionados no Art.94. §3º, I a V.

§2º O Presidente declarará prejudicada a discussão:

I- de qualquer projeto com objeto idêntico ao de outro que já tenha sido aprovado antes, ou rejeitado na mesma sessão legislativa, excetuando-se, nesta última hipótese, o projeto de iniciativa do Executivo ou subscrito pela maioria absoluta dos membros do Legislativo;

- II- da proposição original, quando tiver substitutivo aprovado;
- III- de emenda ou subemenda idêntica a outra já aprovada ou rejeitada;
- IV- de requerimento repetitivo.

§3º A discussão da matéria constante da Ordem do Dia só poderá ser efetuada com presença da maioria absoluta dos membros da Câmara.

§4º As proposições com todos os pareceres favoráveis poderão ter a discussão dispensada por deliberação do Plenário, mediante requerimento verbal de Vereador, a qual não prejudique a apresentação de emendas.

Art.136. Terão uma única discussão as seguintes proposições:

- I- as que tenham sido colocadas em regime de urgência especial;
- II- as que se encontrem em regime de urgência simples;
- III- os projetos de lei oriundos do Executivo com solicitação de prazo, e os projetos de lei ordinário, salvo requisições formais de outros instrumentos normativos;
- IV- o veto;
- V- os projetos de decreto legislativo ou de resolução de qualquer natureza;
- VI- os requerimentos sujeitos a discussão;
- VII- as emendas.

Art.137. Terão 02 (duas) discussões todas as proposições não incluídas no artigo anterior.

§1º Em nenhuma hipótese a segunda discussão ocorrerá na mesma sessão em que tenha ocorrido a primeira discussão.

§2º É considerada aprovada toda proposição submetida à duas discussões, sempre que a mesma for aprovada na segunda discussão, mesmo que na primeira tenha sido rejeitada.



Art.138. A discussão será feita sobre o conjunto da proposição e das emendas, se houver.

§1º O Presidente, autorizando o Plenário, poderá anunciar o debate por título, capítulos, seções ou grupos de artigos.

§2º Quando tratar-se de codificação, na primeira discussão o projeto será debatido por capítulos, salvo requerimento de destaque aprovado pelo Plenário.

§3º Quando se tratar de proposta orçamentária, as emendas possíveis serão debatidas antes do projeto em primeira discussão.

Art.139. Na discussão única e na primeira discussão, serão recebidas emendas, subemendas e projetos substitutivos apresentados por ocasião dos debates, em segunda discussão somente se admitirão emendas e subemendas.

Parágrafo Único - Na hipótese do “caput” deste artigo suster-se-á a discussão para que as emendas e projetos substitutivos sejam objeto de exame das Comissões Permanentes afetas à matéria, salvo se o Plenário dispensar o parecer.

Art.140. Sempre que a pauta dos trabalhos incluir mais de uma proposição sobre o mesmo assunto, a discussão obedecerá à ordem cronológica de apresentação.

Parágrafo Único - O disposto neste artigo não se aplica a projeto substitutivo do mesmo autor da proposição originária, o qual terá a preferência.

Art.141. O adiamento da discussão de qualquer proposição dependerá da deliberação do Plenário e somente poderá ser proposto antes de iniciar-se a mesma.

§1º O adiamento aprovado será sempre por tempo determinado.

§2º Apresentados 02 (dois) ou mais pedidos de adiamento, será votado, de preferência, o que marcar menor prazo.

§3º Não se concederá adiamento de matéria que se ache em regime de urgência especial ou simples.

Art.142. Encerra-se a discussão de qualquer proposição:

I- pela ausência de oradores;

II- por decurso de prazos regimentais;

III- por deliberação do Plenário, a requerimento de Vereador, quando já houverem falado sobre o assunto pelo menos 04 (quatro) Vereadores, dentre os quais o autor, salvo desistência expressa.

CAPÍTULO II

Da Disciplina dos Debates

Art.143. Os debates deverão realizar-se com dignidade e ordem, cumprindo ao Vereador atender às seguintes determinações regimentais:

ELANO RODNEY PEREIRA AGUIAR
TABELIAO TITULAR
CONCEPCAO DE GOLS DE O. AGUIAR
TABELIA SUBSTITUTA
ELANO RODNEY P.A. FILHO
INTERVENIENTE AUTORIZADO
CARIRE CE

I- falará de pé, exceto o Presidente, e, quando impossibilitado de fazê-lo, requererá ao Presidente autorização para falar sentado;

II- dirigir-se-á ao Presidente, ou à Câmara. Voltado para a Mesa, salvo quando responder aparte;

III- não usará da palavra sem a solicitar e sem receber consentimento do Presidente;

IV- referir-se-á ou dirigir-se-á a outro Vereador pelo tratamento de excelência.

Art.144. O Vereador a quem for dada a palavra deverá inicialmente declarar a que título se pronunciará e não poderá:

I- usar da palavra com finalidade diferente do que fora inicialmente declarado;

II- desviar-se da matéria em debate;

III- falar sobre matéria vencida;

IV- usar de linguajar impróprio;

V- ultrapassar o prazo que lhe foi concedido;

VI- deixar de atender às advertências do Presidente da Mesa.

Parágrafo Único - Para fins deste artigo, considera-se matéria vencida aquela já deliberada pelo Plenário, aquela dada regimentalmente por encerrada a suas discussões e aquela proveniente de assuntos devidamente resolvidos.

Art.145. O Vereador somente usará da palavra:

I- no expediente, quando for para solicitar retificação ou impugnação de ata, para comunicar falecimento, renúncia ou quando se achar regularmente inscrito;

II- para discutir matéria em debate, encaminhar votação ou justificar o seu voto;

III- para apartear na forma regimental;

IV- para explicação pessoal;

V- para levantar questão de ordem ou pedir esclarecimento à Mesa;

VI- para apresentar requerimento verbal de qualquer natureza;

VII- quando for designado para saudar qualquer visitante ilustre.

Art. 146. O Presidente solicitará ao orador, por iniciativa própria ou a pedido de qualquer Vereador que interrompa o seu discurso nos seguintes casos:

I- para leitura de requerimento de urgência;

II- para comunicação importante à Câmara;

SECRETARIO RIBAMAR
Elano Rodney Perera Aguiar
TABELIAO TITULAR
Conselheiro Maria Gois de O. Aguiar
TABELIA SUBSTITUTA
Elano Rodney P.A. Filho
PRESENTE AUTORIZADO
CARIRE CE

- III- para recepção de visitantes;
- IV- para votação de requerimento de prorrogação de sessão;
- V- para atender ao pedido de palavra “pela ordem”, sobre questão regimental.

Art.147. Quando mais de um Vereador solicitar a palavra simultaneamente o Presidente concederá na seguinte ordem:

- I- autor da proposição em debate;
- II- ao relator do parecer em apreciação;
- III- ao autor da emenda;
- IV- alternadamente, a quem seja a favor ou contra a matéria em debate.

Art.148. Para o aperte, ou interrupção do orador por outro, para indagação ou para fazer comentário relativamente à matéria em debate, observar-se-á o seguinte:

- I- o aperte deverá ser expresso em termos corteses e não poderá exceder a três minutos;
- II- não serão permitidos apartes paralelos, sucessivos ou sem licença do orador;
- III- não é permitido apartear o Presidente nem o orador que fala “pela ordem”, em explicação pessoal, para encaminhamento de votação ou para declaração de voto;
- IV- o aparteante permanecerá de pé quando apartear e enquanto ouve a resposta do aparteador.

Art.149. Os oradores terão os seguintes prazos para o uso da palavra:

- I- 03 (três) minutos, para apresentar requerimento de retificação ou impugnação da ata, levantar questão de ordem e apartear;
- II- 03 (três) minutos para discutir requerimento, encaminhar votação, justificar voto ou emenda, discutir parecer, falar na Tribuna Livre, Ordem do Dia ou proferir explicação pessoal. Os líderes terão o tempo em dobro.

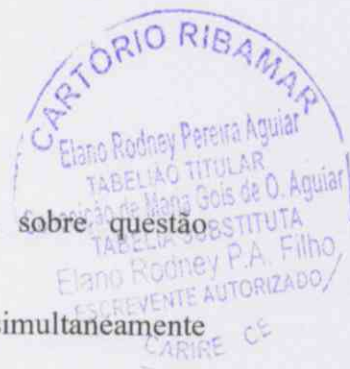
Parágrafo Único - Não será permitida a sessão de tempo de um para outro orador.

CAPÍTULO III

Seção I

Do Quórum das Deliberações

Art.150. As deliberações da Câmara, salvo disposição em contrário serão sempre tomadas por maioria de votos, presentes a maioria de seus membros.



Art.151. Dependerão do voto favorável da maioria absoluta dos membros da Câmara, além de outros casos previstos em lei, a aprovação e a alteração das seguintes matérias:

- I- Código Tributário do Município;
- II- Código de Obras;
- III- Código de Posturas;
- IV- Plano Diretor de Desenvolvimento Integrado e normas relativas a zoneamento, ocupação e uso do Solo urbano;
- V- lei instituidora do regime jurídico dos servidores municipais;
- VI- lei instituidora da Guarda Municipal;
- VII- perda de mandato de Vereador;
- VIII- rejeição de veto;
- IX- criação, reclassificação, reenquadramento ou extinção de cargos, fixação, aumento e alteração de vencimentos dos servidores públicos municipais;
- X- fixação ou atualização dos subsídios dos Vereadores, do Prefeito, do Vice-Prefeito e dos Secretários Municipais;
- XI- obtenção e concessão de empréstimos e operações de crédito pelo Município;
- XII- concessão de serviços públicos;
- XIII- concessão de direito real de uso e concessão administrativa de uso;
- XIV- alienação de bens imóveis do Município;
- XV- aquisição de bens imóveis, salvo quando se tratar de doação sem encargos.

Parágrafo Único - Entende-se por maioria absoluta o primeiro número inteiro acima da metade do total dos membros da Câmara.

Art.152. Dependerão de voto favorável de dois terços dos membros da Câmara, além de outros casos previstos pela legislação pertinente, a aprovação e alteração das seguintes matérias:

- I- Regimento Interno da Câmara;
- II- alteração de próprios, vias e logradouros públicos com mais de 10 anos de denominação oficial;
- III- concessão de títulos honoríficos e honorarias;
- IV- concessão de anistia, isenção e remissão tributária ou previdenciária e incentivos fiscais, bem como moratória e privilégios;
- V- transferência da sede do Município;



VI- rejeição do parecer prévio do Tribunal de Contas sobre as contas do Município;

VII- alteração territorial do Município, bem como alteração de seu nome;

VIII- criação, organização e supressão de distritos;

IX- o recebimento de denúncia contra o Prefeito ou Vereador, no caso de apuração de crime de responsabilidade;

X- Alteração da Lei Orgânica.

Art.153. Ressalvada a hipótese da obstrução parlamentar legítima prevista no art. 127, §4º, o Vereador não poderá recusar-se a votar.

Art.154. O Vereador estará impedido de votar quando tiver interesse pessoal na matéria, caso em que sua presença será computada para efeito de quórum.

§1º No curso da votação é facultado ao Vereador impugná-la perante o Plenário ao constatar que dela esteja participando Vereador impedido de votar.

§2º Na hipótese de parágrafo anterior, acolhida a impugnação, repetir-se-á a votação sem considerar-se o voto que motivou o incidente.

Art.155. Quando no curso de uma votação, se esgotar o tempo regimental da sessão, esta se considerará prorrogada até ser concluída a votação da matéria em pauta.

Art.156. A deliberação realiza-se da votação.

Parágrafo Único – Considerar-se-á qualquer matéria em fase de votação a partir do momento em que o presidente declarar encerrada a discussão.

SEÇÃO II

Das Votações

Art.157. Ressalvadas as exceções previstas neste Regimento, o voto será sempre público nas deliberações da Câmara.

Parágrafo Único - Nenhuma proposição de conteúdo normativo poderá ser objeto de deliberação durante a sessão secreta.

Art.158. O voto será sempre aberto, vedado o voto secreto inclusive nos seguintes casos:

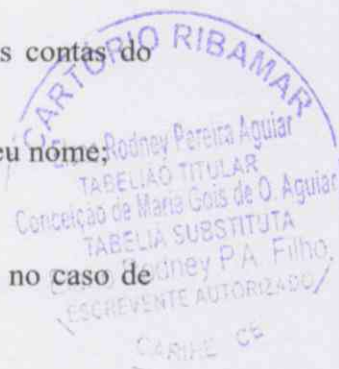
I- na eleição da Mesa;

II- nas deliberações sobre o veto;

III- nas deliberações sobre perda de mandato de Vereador e Prefeito;

IV- na eleição da Comissão Representativa da Câmara.

Art.159. Os processos de votação são dois: simbólico e nominal.



§1º O processo simbólico consiste na simples contagem de votos a favor ou contra a proposição, mediante convite do Presidente aos Vereadores para que permaneçam sentados ou se levantem, respectivamente.

§2º O processo nominal consiste na expressa manifestação de cada Vereador, pela chamada, sobre em que sentido vota, respondendo sim ou não, salvo quando se tratar de voto sempre em votação aberta.

Art.160. O processo simbólico será a regra geral para as votações, somente sendo abandonado por impositivo legal ou regimental ou a requerimento aprovado pelo Plenário.

§1º Do resultado da votação simbólica qualquer Vereador poderá requerer verificação mediante votação nominal, não podendo o Presidente indeferi-lo.

§2º Não se admitirá segunda verificação de resultado da votação.

§3º O Presidente em caso de dúvida, poderá de ofício, repetir a votação simbólica para a recontagem dos votos.

Art.161. Uma vez iniciada, a votação será interrompida se for verificada a falta de número legal, caso em que os votos já colhidos serão considerados prejudicados.

Art.162. Antes de se iniciar a votação será assegurado a cada uma das bancadas partidárias, através de um de seus integrantes, falar apenas uma vez, a título de encaminhamento de votação, para propor aos seus co-partidários a orientação quanto ao mérito da matéria.

Art.163. Qualquer vereador poderá propor ao Plenário que aprecie isoladamente determinadas partes do texto de proposição, votando-se em destaque para rejeitá-las ou aprová-las preliminarmente.

Art.164. Terão preferência para votação as emendas supressivas e as emendas substitutivas oriundas das Comissões.

Parágrafo Único - Apresentadas duas ou mais emendas sobre o mesmo artigo ou parágrafo, será admissível requerimento de preferência para a votação de emenda que melhor se adaptar ao projeto, sendo o requerimento votado pelo Plenário, independente de discussão.

Art.165. Sempre que o parecer da Comissão for pela rejeição do projeto, deverá o Plenário deliberar primeiro sobre o parecer antes de entrar na consideração do projeto.

Art.166. O Vereador poderá, ao votar, fazer declaração de voto, que consiste em indicar as razões pelas quais adota determinada posição em relação ao mérito da matéria da matéria.

Parágrafo Único - A declaração só poderá ocorrer quando toda a proposição tenha sido abrangida pelo voto.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
MUNICÍPIO DE CARREIPIRÁ
Câmara Municipal
TABELA TITULAR
Concedido de Maria Góis de O. Aguiar
TABELA SUBSTITUTA
Filho de Osney P.A. Filho
PREVISTO EM LEI Nº 1.000/2007
CARREIPIRÁ - CE

Art.167. Enquanto o Presidente não tenha proclamado o resultado da votação, o Vereador que já tenha votado poderá retificar o seu voto.

Art.168. Concluída a votação de projeto de lei, com ou sem emendas aprovadas, ou de projeto de lei substitutivo, será a matéria encaminhada ao Prefeito para sanção ou veto.

§1º Caberá à Mesa a redação final dos projetos de decretos legislativos e de resolução.

§2º Havendo contradição, obscuridade ou improbidade linguística na redação final, será admissível, a requerimento de no mínimo 1/3 dos membros da Câmara, o retorno da mesma à Comissão para nova redação final, ficando aprovada se contra ela não votarem 2/3 dos componentes da edilidade.

TÍTULO VII

Da Elaboração Legislativa Especial e dos Procedimentos de Controle

CAPÍTULO I

Da Elaboração Legislativa Especial

Seção I

Do Orçamento

Art.169. Recebida do Prefeito a proposta orçamentária, dentro do prazo e na forma legal, o Presidente dará conhecimento ao Plenário na primeira sessão subsequente enviando-a à Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas para recebimento de emendas.

Art.170. A Comissão de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas pronunciar-se-á em até 30 (trinta) dias sobre o projeto e as emendas, observando o disposto na Lei Orgânica do Município, Findo o prazo, com ou sem parecer, a matéria será incluída como item único da Ordem do Dia da primeira sessão desimpedida.

Art.171. Na primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre o projeto e as emendas, assegurando-se a preferência ao relator do parecer da Comissão de Finanças e Orçamento e aos autores das emendas no uso da palavra.

Art.172. Aplicam-se as normas desta Seção à proposta do Plano Plurianual de Investimentos e às diretrizes orçamentárias.

Seção II

Das Codificações e dos Estatutos



Art.173. Os projetos de codificação e de estatutos, depois de apresentados em Plenário, serão distribuídas em cópias aos Vereadores e encaminhados às Comissões competentes, sendo de responsabilidade da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final o recebimento de emendas e sugestões nos 15 (quinze) dias seguintes.

§1º A critério da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, poderá ser solicitada assessoria de órgão de assistência técnica ou parecer de especialistas na matéria, desde que haja recursos para atender a despesa específica, ficando nesta hipótese suspensa a tramitação da matéria.

§2º A Comissão terá 20 (vinte) dias para exarar parecer, incorporando as emendas apresentadas que julgar convenientes ou produzindo outras, em conformidade com as sugestões recebidas. Findo o prazo, com ou sem parecer, o processo será incluído na pauta da Ordem do Dia mais próxima possível.

§3º N primeira discussão, poderão os Vereadores manifestar-se no prazo regimental, sobre os projetos e as emendas, assegurando-se a preferência ao relator do parecer da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final e aos autores das emendas.

CAPÍTULO II

Seção I

Do Julgamento das Contas

Art.174. Recebido o parecer do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, independente de leitura em Plenário, o Presidente encaminhará o processo à Comissão de Finanças e Orçamento, que terá 20 (vinte) dias para apresentar seu pronunciamento, acompanhado de decreto legislativo pela aprovação ou rejeição das contas em questão.

Art.175. O projeto de decreto legislativo apresentado pela Comissão de Finanças e Orçamento sobre a prestação de contas será submetido a uma única discussão e votação, sendo vedada a apresentação de emendas ao projeto, assegurando-se, no entanto, aos vereadores amplo debate sobre a matéria.

Art.176. Se a deliberação do Plenário for contrária ao parecer prévio do tribunal de Contas dos Municípios do Estado do Ceará, o decreto legislativo se fará acompanhar dos motivos da discordância.

Art.177. Nas sessões em que se devam discutir as contas do Município, o Expediente se reduzirá em 30 minutos e a Ordem do Dia será destinada exclusivamente à matéria.

Seção II

Da Convocação dos Secretários Municipais

Art.178. A Câmara poderá convocar o Prefeito, Vice-Prefeito e os Secretários Municipais, ou assemelhados, para prestar informações perante o Plenário sobre assuntos relacionados com a Administração Municipal, sempre que a medida se faça necessária para assegurar a fiscalização apta do Legislativo sobre o Executivo, conforme determina a Lei Orgânica Municipal, mediante requerimento de 1/3 dos vereadores.

TÍTULO VIII

Do Regimento Interno e da Ordem Regimental

CAPÍTULO I

Seção I

Das Interpretações e dos Precedentes

Art.179. As interpretações de disposições do Regimento, feitas pelo Presidente da Câmara em assuntos controversos, constituirão precedentes regimentais, desde que a Presidência assim o declare em Plenário, por iniciativa própria ou a requerimento de qualquer Vereador.

Art. 180. Os casos não previstos neste Regimento serão resolvidos soberanamente pelo Plenário e as soluções constituirão precedentes regimentais.

Seção II

Da Ordem

Art.181. Questão de Ordem é toda dúvida levantada em Plenário quanto à interpretação do Regimento, sua aplicação ou sua legalidade.

§1º As questões de ordem devem ser formuladas com clareza e com a indicação precisa das disposições regimentais que se pretende elucidar.

§2º O proponente que não observar o disposto neste artigo poderá ter a palavra cassada pelo Presidente, o qual não considerará a questão levantada.

§3º Cabe ao Presidente da Câmara resolver, soberanamente, na sessão em que forem requeridas as questões de ordem, não sendo lícito a qualquer Vereador opor-se à decisão ou criticá-la.

§4º Cabe ao Vereador recurso da decisão, o qual será encaminhado à Comissão de Legislação Justiça e Redação Final, cujo parecer será submetido ao Plenário, que decidirá o caso concreto, considerando-se a deliberação como julgado para aplicação em casos semelhantes.

Art.182. Em qualquer fase da sessão, poderá o Vereador pedir a palavra “pela ordem”, por uma única vez, para fazer qualquer esclarecimento.

CAPÍTULO II

Da Divulgação do Regimento Interno e de sua Reforma

Art.183. A Secretaria da Câmara fará reproduzir este Regimento, enviado à Biblioteca Municipal, ao Prefeito, a cada um dos Vereadores e às instituições interessadas em assuntos municipais.

Art.184. Ao final de cada sessão legislativa, a Mesa, sob a orientação da Comissão de Legislação, Justiça e Redação Final, fará a consolidação de todas as modificações feitas no Regimento, bem como dos precedentes regimentais, publicandose em separata.

Art.185. Este Regimento Interno somente poderá ser alterado, reformado ou substituído pelo voto de dois terços dos membros da edilidade mediante proposta:

- I- da maioria simples dos Vereadores;
- II- da Mesa Diretora em exercício.

TÍTULO IX

Dos Serviços Administrativos da Câmara

Art.186. Os serviços administrativos da Câmara reger-se-ão pela Lei Orgânica Municipal.

Art.187. As reclamações sobre irregularidades nos serviços administrativos deverão ser encaminhadas diretamente à Mesa Diretora da Câmara, para as providências necessárias.

Art.188. A Secretaria da Câmara manterá os seguintes livros:

- I- livro de atas das sessões;
- II- livro de presença;
- III- livro de registro de leis, decretos legislativos e resoluções;
- IV- de termos de posse de funcionários;
- V- de declaração de bens dos Vereadores;
- VI- de termo de posse do Prefeito e do Vice-Prefeito;
- VII- de termo de declaração de bens do Prefeito e do Vice-Prefeito.

§2º Os livros serão abertos, rubricados e encerrados pelo Presidente da Câmara, ou por funcionário expressamente designado para esse fim.

TÍTULO X



Disposições Gerais e Transitórias

Art.189. Nos dias de sessão deverão estar hasteadas no recinto do Plenário as bandeiras do País, do Estado e do Município, observada a legislação específica.

Art.190. Não haverá expediente no Legislativo nos dias de ponto facultativo decretado no Município.

Art.191. Lei Complementar de infrações Político-Administrativas, bem como a lei que regulará o funcionamento das Comissões de Inquérito, poderá ser votada através de projeto apresentado pela Mesa, pelo Poder Executivo ou pela maioria dos líderes de Bancadas.

Art.192. Na contagem dos prazos regimentais, observar-se-á, no que for aplicável, a legislação processual civil, administrativa e penal.

Art.193. À data de vigência deste Regimento, ficarão prejudicados quaisquer projetos de resolução em matéria regimental e revogados todos os precedentes firmados sob o império do Regimento anterior.

Art.194. Este Regimento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões da Câmara Municipal de Cariré - Ceará, em 26 de dezembro de 2012.

Francisco Nery Neto
Vereador - Presidente

CARTÓRIO 1º OFÍCIO Av. Dep. Marcel Rodrigues, 165 Centro - Cariré - Ce	REGISTRO DE PESSOA JURÍDICA
	Nº <u>01</u> do Protocolo <u>L-B</u> Fis. <u>02</u> Registro sob nº <u>350</u> Livro nº <u>A-9/A-10</u> Fis. <u>268/017</u> do Registro de Pessoas Jurídicas Cariré - CE 23 FEV 2021 <u>Elano Rodney P.A. Filho</u> <input type="checkbox"/> Concelção de Maria G.O. Aguiar - Subst. <input type="checkbox"/> Elano Rodney P. Aguiar - Tabelião Efetivo

Válido somente com
o selo de autenticidade



